

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE AMBIENTAL TERRITORIAL NA  
AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE SANTA ROSA E  
NOVO MACHADO/RS**

**TESE DE DOUTORADO**

**Cristiane Maria Tonetto Godoy**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE AMBIENTAL  
TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NOS  
MUNICÍPIOS DE SANTA ROSA E  
NOVO MACHADO/RS**

**Cristiane Maria Tonetto Godoy**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Extensão Rural.**

**Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Rurais  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Tese de Doutorado

**A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE AMBIENTAL TERRITORIAL NA  
AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE SANTA ROSA E  
NOVO MACHADO/RS**

elaborada por  
**Cristiane Maria Tonetto Godoy**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Doutor em Extensão Rural**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**José Geraldo Wizniewsky, Dr.**  
(Presidente/Orientador - UFSM)

**Clayton Hillig, Dr. (UFSM)**

**Jaqueline Mallmann Haas, Dra. (UFRGS)**

**Liane de Souza Weber, Dra. (UFSM)**

**Luiz Ernani Bonesso de Araujo, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 25 de março de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus, pela vida e pelas bênçãos alcançadas.*

*Aos meus pais, Luiz e Cila, pelo amor incondicional e incentivo em todas as fases da minha vida, sem eles nada seria possível, meu amor eterno.*

*Aos meus irmãos, Luiz Eduardo e Fernanda, eternos companheiros e amigos.*

*Ao meu orientador pelo exemplo de profissionalismo e pelos conhecimentos partilhados ao longo desta jornada.*

*Aos professores membros da banca examinadora por aceitarem contribuir na construção desta tese.*

*Aos professores e alunos do grupo de Pesquisa Extensão Rural Aplicada, pela descoberta do encanto da pesquisa, amizade e conhecimentos partilhados.*

*Aos amigos (as), presentes nas fases boas e ruins desta jornada, pelos momentos de alegria e trocas de filosofias, em especial aos amigos e companheiros de longas datas, Aline, Ângelo, Andréa, Flavia, Dreisse e Tanny.*

*As Prefeituras de Santa Rosa/RS e Novo Machado/RS, a Emater de Novo Machado, pelo total apoio dado durante a realização da pesquisa nos municípios.*

*Aos agricultores familiares, pelo “dedo de prosa” e compartilhamento de suas experiências e percepções do mundo, das quais esta pesquisa não seria possível.*

*A Capes, pelo auxílio financeiro ao longo desta jornada.*

*A todos que, de alguma forma, tornaram possível a concretização deste trabalho, pela contribuição em minha formação.*

*A você que lê este trabalho.*



***“A menos que você não se importe de montão,  
nada vai melhorar, não vai não”.***

***(Frase do filme “Lorax em busca da Trúfula Perdida”,  
Universal Pictures, 2012)***

# RESUMO

Tese de Doutorado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria

## **A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE AMBIENTAL TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE SANTA ROSA E NOVO MACHADO, RS**

AUTORA: CRISTIANE MARIA TONETTO GODOY

ORIENTADOR: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de março de 2015.

Desde a Revolução Industrial, o desenvolvimento econômico baseia-se na utilização dos recursos naturais e dos recursos não renováveis, causando impactos sócioambientais e a perda da biodiversidade, gerando problemas para os seres vivos como um todo. Diante dessa problemática, têm-se aumentado os debates sobre a necessidade da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade ambiental como garantia da própria perpetuação e preservação do ser humano. Dessa forma, torna-se imprescindível que se trabalhe em todas as esferas, promovendo o diálogo e o acesso as informações a todas as parcelas da sociedade, para que, assim, cada indivíduo crie uma consciência ecológica e promova o fim do processo da degradação ambiental. A proposta desta tese encontra-se centrada na problemática de identificação da emergência da construção e afirmação de “novas” identidades territoriais baseadas no movimento ecologista/ambiental e na legislação ambiental brasileira, tendo como base a preocupação ambiental da sociedade contemporânea, configurando a agricultura familiar como agente e palco de múltiplos territórios. Para isso, foram pesquisados os agricultores familiares dos municípios de Santa Rosa e Novo Machado, ambos no estado do Rio Grande do Sul, tendo como escolha das propriedades aquelas que se encontravam com as áreas de preservação permanentes (APP's) fiscalizadas e de acordo com a legislação ambiental. Como resultados obtidos, podemos aferir que é possível a construção de uma identidade ambiental a partir da existência de áreas de preservação permanentes normatizadas pela legislação ambiental. Entretanto, apenas a existência e a cobrança da lei não são suficientes para assegurar uma mudança de percepção e nem para formação da identidade ambiental, em outras palavras, para que essa identidade seja efetiva é necessário que a aplicação da legislação seja acompanhada por uma educação ambiental e o acesso às informações, o que possibilita aos indivíduos uma visão crítica de suas ações, permitindo a mudança de percepção e conseqüentemente o alcance da sustentabilidade. Assim, entendemos que é de suma importância que seja realizado estudos e discussões sobre esta construção de identidade territorial e a identificação do território baseado no patrimônio ambiental, bem como a importância da agricultura familiar neste contexto como atores ativos na preservação dos recursos naturais e na busca pela sustentabilidade, possibilitando constituir nos territórios uma estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar e para o meio rural.

**Palavras-chaves:** Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Informação. Educação Ambiental. Legislação Ambiental.

## **ABSTRACT**

Tese de Doutorado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria

### **THE IDENTITY OF ENVIRONMENTAL EMERGENCY IN FAMILY FARM LAND IN THE CITIES OF SANTA ROSA AND NOVO MACHADO , RS**

**AUTORA: CRISTIANE MARIA TONETTO GODOY**

**ORIENTADOR: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY**

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de março de 2015.**

Since the Industrial Revolution, economic development is based on the use of natural resources and non-renewable resources, causing socio-environmental impacts and the loss of biodiversity, creating problems for living beings as a whole. Faced with this problem, have raised debates about the need for environmental preservation and environmental sustainability as a guarantee of self-perpetuation and preservation of the human being. Thus, it is essential that work in all spheres, promoting dialogue and ways to get information from all parts of society, so therefore each individual create environmental awareness and promote the end of the degradation process environmental. In this work we study the emergence of the identification of the problem of construction and affirmation of "new" territorial identities based on ecological / environmental movement and the Brazilian environmental legislation, based on environmental concerns of contemporary society, setting the family farm as agent and stage multiple territories. For this, farmers were surveyed in the municipalities of Santa Rosa and Novo Machado, both in the state of Rio Grande do Sul, with the choice of properties those who were with permanent preservation areas (APPs) monitored and according to environmental legislation. As results we can infer that the construction of an environmental identity is possible from the existence of permanent protection areas normalized by environmental legislation. However, only the existence and recovery of the law does not ensure a change of perception and not the formation of environmental identity, in other words, that this identity be effective it is necessary that the application of the legislation is accompanied by an environmental education and access the information, which enables individuals to look critically at their actions, allowing the change of perception and consequently the scope of sustainability. Thus, we believe it is extremely important that you undergo studies and discussions on the construction of territorial identity and the identity of the territory based on environmental heritage and the importance of family farming in this context as active actors in the preservation of natural resources and the search for sustainability, enabling the territories constitute a development strategy for family farming and the countryside.

**Keywords:** Sustainability. Sustainable. Development. Information. Environmental Education. Environmental legislation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Esquema da construção do problema de pesquisa da tese.....	15
Figura 2. Localização da região dos municípios.....	60
Figura 3. Localização do município de Santa Rosa/RS.....	61
Figura 4. Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul, destacando a Bacia Hidrográfica Turvo/ Santa Rosa/ Santo Cristo.....	64
Figura 5. Localização do município de Novo Machado/RS.....	66
Figura 6. Bacia Hidrográfica do Uruguai.....	67
Figura 7. Esquema das fases da pesquisa.....	72
Figura 8. Vista do Rio Uruguai e da APP.....	81
Figura 9. Rio Santo Cristo no município de Santa Rosa/RS onde uma das margens foi desmatada para sediar uma churrasqueira para a pesca, o restante da margem se encontra com a APP consolidada e reconstituída.....	83
Figura 10. Vista da Propriedade 1, com o rio Santo Cristo ao fundo e a área de APP.....	90
Figura 11. Vista do Rio Santo Cristo e as APP's ao longo das margens.....	90
Figura 12. Propriedade município de Santa Rosa/RS.....	91
Foto 13. Na foto A detalhes da propriedade 02 com o plantio da vegetação típica da região na área da APP; na foto B detalhes da margem do Rio Santo Cristo já com a vegetação formada.....	91
Figura 14. Detalhe da APP no rio Uruguai.....	93
Figura 15. Área de proteção permanente em uma das propriedades no rio Uruguai.....	93
Figura 16. APP no rio Uruguai.....	94
Figura 17. APP rio Uruguai, pode ser notado a pouca vegetação ao longo do rio... ..	95
Figura 18. Algumas placas encontradas no município de Novo Machado, referente a proteção ambiental.....	97

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Diferenças entre o Código Florestal do ano de 1965 e o do ano de 2012.

.....79

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANA: Agência Nacional de Águas

APP's: Áreas de Preservação Permanente

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CFB: Código Florestal Brasileiro

CMMAD: Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento

EA: Educação Ambiental

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FENASOJA: Feira Nacional da Soja

FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/ RS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GTZ: Agência Alemã de Cooperação Técnica

MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário

MP: Ministério Público

PATRAN: Companhia Policiamento Ambiental

RL: Reserva Legal

SEMA: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

UFSC: Universidade Federal de Santa Maria

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

Anexo A – Roteiro da entrevista semiestruturada .....	112
---	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. QUESTÃO AMBIENTAL E A PERCEPÇÃO</b> .....	17
1.1 Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável .....	17
1.2 Formação da percepção do indivíduo e a racionalidade ambiental .....	29
<b>2. TERRITÓRIOS E IDENTIDADES AMBIENTAIS</b> .....	37
2.1 Territórios e conceituações .....	38
2.2 Formação de identidades e identidades ambientais ligadas ao território.....	50
<b>3. QUESTÕES RELEVANTES PARA A PESQUISA</b> .....	56
3.1 Problema de pesquisa e Objetivos .....	57
3.1.1 Problema de pesquisa .....	57
3.1.2 Objetivos .....	57
3.1.2.1 Objetivo Geral .....	57
3.1.2.2 Objetivos Específicos.....	58
3.2 Conhecendo as regiões de estudo .....	58
3.2.1 Município de Santa Rosa/RS- O berço da soja no Brasil.....	60
3.2.2 Município de Novo Machado/RS- Pertencente a “Grande Santa Rosa”.....	65
3.3 Procedimentos metodológicos .....	68
<b>4. A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	75
4.1 Os (des) caminhos para a sustentabilidade .....	75
4.2 A formação das identidades ambientais dos agricultores familiares no território.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IDENTIDADES AMBIENTAIS PARA A SUSTENTABILIDADE</b> .....	99
Algumas Conclusões.....	99
Considerações sobre a emergência da identidade ambiental nos agricultores familiares nos territórios da agricultura familiar.....	100
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	103

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado final de pesquisa da tese, momento em que consolido mais um degrau da minha carreira acadêmica na pós-graduação. Antes de apresentar as partes que compõem este trabalho, gostaria de fazer uma apresentação breve da minha jornada acadêmica que, certamente, é parte da minha história de vida e, conseqüentemente, trouxe-me até a questão central desta tese.

Desde a graduação no curso da Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, sempre tive, em minhas filosofias de vida, a extensão rural como uma das disciplinas de maior importância, sendo ela a responsável pelo contato com os agricultores, visando sempre à melhoria da qualidade de vida destes, não somente nos aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais.

E foi no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural que encontrei a satisfação profissional, iniciando, na época da graduação, a monitoria na disciplina de Legislação Agrária e Ambiental, momento em que surgiu a problematização e o questionamento sobre a questão da aplicação da legislação ambiental e seus limites e possibilidades nas propriedades familiares, culminando no problema central da proposta da dissertação defendida no ano de 2011. Neste sentido, o mestrado serviu para responder o questionamento da aplicação da legislação ambiental nas propriedades rurais e quais eram as possibilidades e os limites encontrados por aqueles agricultores.

Entretanto, a resposta encontrada para o primeiro questionamento não foi suficiente para compreender toda a complexidade que envolvia a questão, assim, neste panorama de novas dúvidas, foi construída a problemática desta tese.

A construção dessa tese se dá justamente pela atual crise ambiental e pela crise do modelo de desenvolvimento baseado principalmente no crescimento econômico, surgindo a partir dessas crises a busca por alternativas a esse modelo de desenvolvimento. E é nesse panorama que nasce a noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável como alternativas para contrapor ao modelo de desenvolvimento vigente.

A noção de sustentabilidade traz como fatores norteadores a equidade dos elementos sociais, econômicos e ambientais. Entretanto, para que a

sustentabilidade seja possível é necessário que a sociedade transforme sua percepção e racionalidade, inserindo nesta os fatores sociais e ambientais como formadores de uma consciência crítica. E para isso, tornam-se necessárias novas estratégias que auxiliem essa transformação, das quais podemos citar: educação ambiental, planejamento energético, incentivos por políticas públicas, entre outros, que podem ser ou não regidos por normativas ou legislação. Para ilustrar como os conjuntos dessas ideias formaram a problemática da tese, construímos um esquema didático para auxiliar na compreensão e que pode ser visualizado na figura 1.

Assim, continuamos focando na questão da legislação ambiental na agricultura familiar (Áreas de Preservação Permanente), mas, agora, sob um novo prisma, centrado na questão dos territórios e a construção de identidades a partir do meio ambiente e da sustentabilidade.

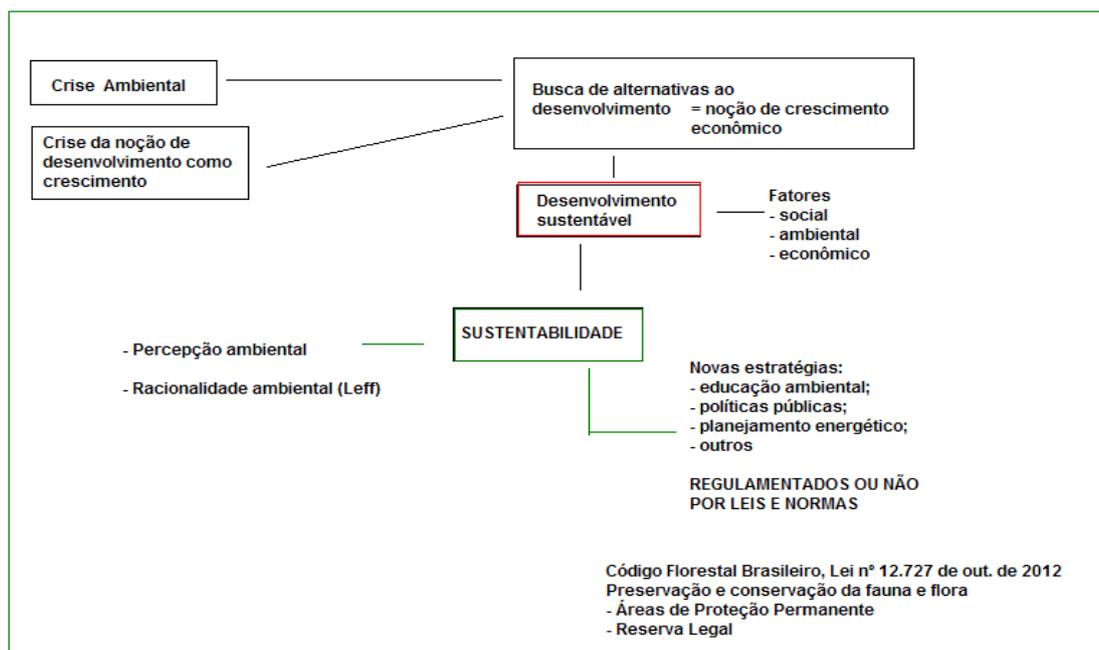


Figura 1. Esquema da construção do problema de pesquisa da tese.

A problemática de pesquisa que pretendemos responder ao longo desta tese corresponde à identificação da emergência da construção e afirmação de “novas” identidades territoriais baseadas no movimento ecologista/ambiental, como consequência da preocupação ambiental da sociedade contemporânea,

configurando a agricultura familiar como agente e palco de múltiplos territórios. Pois, o meio rural deve ser compreendido como um espaço de múltiplas atividades e funções, e nessa visão a revalorização do rural através do desenvolvimento de territórios ambientais, a partir da legislação ambiental (sendo essa vista como um dos instrumentos para a sustentabilidade) que os agricultores familiares podem ser agentes ativos no desenvolvimento rural sustentável.

Assim, procuramos estruturar esse trabalho em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, denominado de “*Questão Ambiental e a Percepção*”, buscamos conceituar a questão ambiental e sua importância nos debates e discussões atuais, bem como a questão da formação das percepções dos indivíduos.

No segundo capítulo, intitulado de “*Territórios e Identidades Ambientais*”, expomos uma revisão bibliográfica sobre o conceito de territórios, da mesma forma como as identidades são construídas, problematizando tais conceitos com a questão ambiental. No terceiro capítulo, “*Questões relevantes para a pesquisa*”, abordamos o problema da pesquisa, contextualizando a região a ser estudada e os procedimentos metodológicos que foram empregados na pesquisa propriamente dita.

No quarto capítulo “*A emergência da identidade ambiental na agricultura familiar*” apresentamos os resultados encontrados durante a pesquisa e as diretrizes para a formação de uma identidade ambiental na agricultura familiar. Já no quinto capítulo “*Considerações sobre as identidades ambientais para a sustentabilidade*” fazemos alguns apontamentos que consideramos serem norteadores para a mudança social necessária para o alcance da sustentabilidade.

## **CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AMBIENTAL E A PERCEPÇÃO**

O reconhecimento da crise e dos impactos ambientais gerados pela produção industrial, o consumo e a agricultura intensiva estão em pauta de diversas políticas públicas. Neste sentido, o consumo supérfluo por produtos provenientes da indústria produz resíduos que, ao serem descartados, se acumulam no meio ambiente. Além do problema provocado pela acumulação de resíduos, tem-se, de outro lado, um forte impacto pela utilização dos recursos naturais renováveis e a sua capacidade de regeneração, e justamente são estes dois aspectos cruciais a serem observados quando nos referimos à sustentabilidade. Neste capítulo, procuramos contextualizar o que compreendemos sobre a questão ambiental e a sustentabilidade, bem como o processo de percepção do meio ambiente e a racionalidade ambiental.

### **1.1 Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável**

Ao repassar a história, pode-se apontar três momentos que foram decisivos na mudança dos pensamentos e das ações da sociedade, e que ainda influenciam de forma significativa os dias atuais, seriam eles: a dicotomia criada entre a natureza e o homem com a ascensão do antropocentrismo; a troca do feudalismo pelo mercantilismo; e a troca do sistema de produção manufaturado pelo industrialismo.

Esses fatores foram determinantes para o rumo da sociedade contemporânea e suas relações com a técnica, a ciência e com o meio ambiente. O capitalismo foi exaltado como o sistema de possibilidades que permitiria que a sociedade superasse as limitações locais através do desenvolvimento crescente e unidirecional, proporcionando qualidade de vida e bem estar a todos. Em outras palavras, via-se, no capitalismo, a ideia do desenvolvimento para todos e a noção de dominação da natureza para alcançar esse estágio, através, principalmente, da industrialização e da urbanização.

Nessa direção, o capitalismo contribuiu com a inserção do industrialismo como fator preponderante no sistema de produção. A indústria com a inovação das

máquinas a vapor e a facilidade no transporte reduziu as distâncias, não mais a matéria-prima devia estar situada localmente, mas podia percorrer as regiões mais distantes, conseqüentemente, para que isso fosse possível, houve o desenvolvimento e a contribuição da ciência e da tecnologia.

Colaborando com o papel da indústria nesse processo, Porto-Gonçalves (2012, p. 28) escreve:

[...] inicia-se uma profunda e radical transformação na geografia social e de poder mundial, com enormes efeitos ecológicos, na medida em que se dissocia o lugar onde se extrai a matéria do lugar onde ela é transformada e consumida. A revolução técnica, vê-se, é uma transformação nas relações de poder manipular a matéria e, com ela, conformar a sociedade e o ambiente ao mesmo tempo.

Seguindo o raciocínio do capitalismo, da indústria, e da própria ciência e tecnologia o antropocentrismo consolidar-se-ia, fechando o pensamento moderno, que é justamente alicerçado na separação do homem e da natureza, em que o ser humano não é mais parte integrante do meio ambiente, e sim um agente que deve dominar e aproveitar esse meio, e, neste sentido, a natureza serve como recurso para acumulação de capital através do emprego das novas tecnologias.

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 107), ao escreverem sobre o antropocentrismo e o efeito desse movimento na relação sociedade e homem, e a visão da sociedade capitalista na crença da ciência e da técnica, contribuem:

É claro que, para dominar a natureza, é necessário que ela esteja à disposição dos que a dominarão [...] As técnicas modernas serão, desde o início, técnicas que, ao mesmo, dominam homens para que se possa dominar a natureza, até porque a natureza estava povoada por todo o lado. Assim, o antropocentrismo não é, simplesmente, o homem como espécie biológica – *homo sapiens sapiens* – dominando a natureza, mas a dominação de alguns homens sobre outros homens para que possam dominar a natureza.

O desenvolvimento do capitalismo desde o seu início até os dias atuais encontra-se pautado na utilização dos recursos naturais, principalmente aqueles recursos não renováveis de origem fóssil, tais como: carvão, petróleo e gás. Assim, é possível acompanhar um desenvolvimento econômico da sociedade capitalista sustentado pela larga utilização dos recursos naturais voltado para o consumo de produtos industrializados.

A noção de desenvolvimento está atrelada a perspectiva de mudanças e transformações com conotação sempre no sentido de serem positivas e até mesmo

desejáveis. O desejo pelo desenvolvimento somente é possível quando a cultura de uma sociedade busca essa mudança ou que esteja “conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social”. (SOUZA M., 1996, p. 05)

Segundo Leff (2010) o sistema econômico dominou as formas de organização social e a própria relação do homem com a natureza, pois esse sistema torna todas as coisas, objetos e valores em termos de capital, ou seja, todas as relações e percepções são submetidas a mera lógica do mercado sem internalizar as formas de relações mais complexas que envolvem esse processo. O autor ainda acrescenta:

A ciência econômica é o instrumento mais poderoso que molda nossas vidas. A ciência econômica não é uma ciência como todas as outras ciências, que seu conhecimento a partir de hipóteses teóricas que são verificadas ou refutadas com os dados da realidade. A teoria econômica constitui-se como um paradigma ideológico-teórico-político – como uma estratégia de poder – que desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas – a mão do invisível e o espírito empresarial; a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual e da iniciativa privada; o equilíbrio da oferta e da procura, dos preços e valores de mercado, dos fatores da produção – gerou um mundo que hoje transborda sobre suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição de ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema. (2010, p. 21)

E nessa visão, na qual a economia torna-se uma estratégia nas relações de poder, bem como o capital aparece como mediador dessas relações, surge o imaginário do desenvolvimento como qualidade de vida que deve ser irradiada a todas as regiões do mundo, sem considerar os demais fatores envolvidos nesse crescimento.

Para Furtado (2000), o que importa, na ideia de desenvolvimento, é a visão de mundo que se sobressai na nossa época, fundamentada em um processo de invenção cultural que faz do homem o agente responsável em transformar e controlar o meio ambiente.

A noção de desenvolvimento como sinônimo de progresso material mudou a partir do Relatório do Desenvolvimento Humano no ano 1990, que apresentou um panorama diferente, onde o crescimento econômico aparece como um processo maior que não se traduz especificamente em um processo que resultará em benefícios e qualidade de vida. Agora, percebe-se que é necessário refletir sobre

outros aspectos que não somente o fator econômico para assegurar o bem estar da sociedade, incluindo, pois, fatores como o ambiental e o social.

Jiménez (2002), ao tratar sobre o desenvolvimento, acrescenta que um dos elementos que tem ocupado mais espaço nas agendas internacionais é justamente o reconhecimento de que a noção de desenvolvimento tem objetivos mais amplos do que apenas o crescimento e a estabilidade econômica mundial.

De acordo com Lustosa (2003), a história da industrialização mundial evidencia o papel preponderante do desenvolvimento tecnológico no processo das mudanças radicais que ocorreram na sociedade humana. Esse desenvolvimento, baseado no uso intensivo de matéria prima e energia, aumentou a velocidade de utilização dos recursos naturais. Portanto, o reconhecimento da crise e dos impactos ambientais gerados pela produção industrial, o consumo e a agricultura intensiva estão em diversas pautas das políticas públicas e nas discussões dos diversos setores da sociedade.

Porto-Gonçalves (2012), ao debater sobre o desafio ambiental e as questões que norteiam o tema, tais como: o efeito estufa, a perda da diversidade biológica, o buraco na camada de ozônio, a poluição industrial das águas, o lixo urbano, entre outros, aponta que, até meados de 1960, tais temas não eram amplamente discutidos, haja vista que, até então, a natureza era considerada como recurso inesgotável. O estudioso esclarece que, na época fordista, tinha-se a crença em uma sociedade de consumo de massas ilimitada. Ainda, neste sentido, o autor acrescenta:

O desafio ambiental se constituiu junto com o período histórico que se inicia ali nos anos de 1960/70, podendo mesmo dizer-se que o ambientalismo é um dos vetores instituintes da ordem mundial que então se inicia. O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal a ideia de progresso, e sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza! (2012, p. 61)

Nesse contexto, delinea-se a crise ambiental da sociedade moderna, pois o consumismo exagerado dos produtos industrializados gera resíduos que, ao serem descartados, se acumulam no meio ambiente, além disso, a utilização em larga escala dos recursos naturais provoca a escassez deles no ambiente, reduzindo a biodiversidade dos ecossistemas. Tais impactos ambientais causam perda da

biodiversidade e geram contaminações, afetando a sobrevivência e a qualidade de vida do homem, em virtude da relação homem e meio ambiente.

A crise ambiental torna-se, desse modo, assunto de interesse e de debate público a partir, principalmente, das pesquisas e manifestações que alertavam sobre a utilização de substâncias tóxicas e suas consequências para o ser humano e para o ambiente, e da própria utilização ilimitada do recurso natural, além de não esquecermos o papel dos grandes desastres ambientais ocorridos pelo mundo e que colocaram definitivamente a questão ambiental na pauta das discussões.

Entre os acidentes ambientais que podem ser citados por sua relevância mundial, estão: no ano de 1954, na Ilha de Minamata, no Japão, o envenenamento das águas pelo mercúrio e outros metais pesados, atingindo, primeiramente, os animais da ilha e, após dois anos, o primeiro humano manifestou os sintomas de intoxicação; no ano de 1984, na cidade de Bhopal, na Índia, toneladas de gases letais vazaram de uma fábrica de pesticidas, deixando milhares de mortos e outros que ainda apresentam sequelas, sendo considerado o pior desastre industrial mundial até os dias atuais; no ano de 1986, o acidente nuclear de Chernobyl na Ucrânia, considerado o pior acidente nuclear ocorrido até os dias atuais, produzindo uma nuvem tóxica que atingiu mais quatro regiões, sendo que, até hoje, a região apresenta consequências da radioatividade; e o acidente mais atual é o desastre nuclear do ano de 2011, na cidade de Fukushima, no Japão, que, segundo artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo (2011), foi o terceiro pior acidente nuclear mundial, sendo classificado com nível 04 (quatro) na Escala Internacional de Eventos Nucleares que vai de zero a 07 (sete). Ainda de acordo com reportagem publicada pelo Do Globo Natureza (2011) sobre estudo conduzido pela Universidade de Ryukyus/Japão, veiculado pela *Scientific Reports*, as borboletas da região já estão sofrendo os efeitos da radiação do acidente.

Ao analisar os diversos desastres ambientais e a perda da biodiversidade e a sua relação com o uso desenfreado dos recursos naturais, pode-se aferir que o meio ambiente, a separação homem e natureza, não constituem duas esferas separadas, ao contrário, estão intimamente ligados na grande *teia da vida*<sup>1</sup>, são causa e efeito para ambos.

---

<sup>1</sup>Termo cunhado pela obra *Teia da Vida* de Frijot Capra, do ano de 1996, onde o autor expõe sua teoria de que todos os seres vivos estão ligados uns aos outros numa rede de interdependência. CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo : Cultrix, 1996.

Assim, indo ao encontro desses pensamentos, Ulrich Beck (1992) formula a teoria da sociedade de risco baseada na sociedade industrial, visto que a ciência e a tecnologia não conseguem prever e controlar os riscos, muitos casos são totalmente desconhecidos e quais os efeitos que surgirão. Por outro lado, a distribuição dos riscos é democrática, não existem fronteiras para eles, os riscos da “sociedade de risco” desconectam-se dos fundamentos dos cálculos econômicos que a sociedade industrial realiza. Ademais, acompanhando o pensamento da lógica industrial e de acumulação de capital, pode-se inferir que a economia e o mercado encontraram uma forma hábil através de mecanismos de recuperação dos riscos potenciais às atividades econômicas, o que não corresponde aos riscos ambientais.

Em conformidade com Porto-Gonçalves (2012), o ambiente em que vivemos é cada vez mais inserido em um contexto onde nossas ações estão implicadas, em outras palavras, o desafio ambiental vivido, atualmente, é efeito das nossas próprias ações e decisões realizadas anteriormente. É na perspectiva da sociedade de risco, que Acsegrad (2002) cunha a questão da justiça ambiental, que congregará uma vasta produção teórica referente à distribuição desigual dos riscos provenientes ao modelo de desenvolvimento orientado pelos preceitos do capitalismo.

Herculano (2002), por sua vez, ao explicar o conceito de injustiça ambiental, aborda que este é um dos mecanismos em que os danos ambientais resultantes do desenvolvimento concentram-se principalmente nos locais onde vivem as populações mais pobres, excluídas e, conseqüentemente, mais vulneráveis.

Ao tratar sobre a questão da justiça ambiental, Castells (2010) afirma que as regiões que apresentam baixa renda e grupos étnicos minoritários serão geralmente escolhidas como alvos da “discriminação ambiental”, pois estas parcelas da população são as que mais estão sujeitas à exposição de substâncias nocivas, poluição e à própria degradação ambiental nos seus espaços.

O desafio ambiental que a sociedade contemporânea terá que resolver é a velha questão sobre a busca de alternativas ao desenvolvimento e não *de desenvolvimento*. Dessa forma, uma das possíveis alternativas propostas estaria no desenvolvimento sustentável, uma opção que se contrapõe ao desenvolvimento baseado meramente na dimensão econômica, devendo concitar a busca por novos valores que orientem as práticas sociais e a inclusão do meio ambiente como um valor a ser incorporado na construção dessa alternativa de desenvolvimento.

Corroborando tal pensamento, Jiménez (2002, p. 23) escreve:

[...] iniciativas, declaraciones y elaboraciones teóricas que dicha cuestión ha suscitado, es que la economía y la ecología deben completarse para generar un nuevo paradigma de desarrollo que supere las concepciones antropocéntricas de un crecimiento ilimitado basado en una disponibilidad infinita de recursos naturales y tome debidamente en cuenta las complejas interrelaciones entre la actividad humana y su entorno ambiental. El concepto de desarrollo sostenible que combina el mejoramiento cualitativo de los niveles de bienestar social en el largo plazo, con el manejo adecuado de los recursos biofísicos y geoquímicos del planeta, se está imponiendo tanto el plano teórico como en el operativo.

O termo desenvolvimento sustentável vem a ser disseminado maciçamente nos meios de comunicação, nos órgãos governamentais e acadêmicos a partir da publicação do Relatório de Brundtland no ano de 1987, através do documento chamado *Our common future*, escrito pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento/CMMAD, no Brasil, o documento ficou conhecido com o título de “*Nosso Futuro Comum*”. O conceito de desenvolvimento sustentável presente no relatório é: “*aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações atenderem às suas próprias*” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Desde então, o termo tem sido referência para inúmeros trabalhos, discussões e políticas públicas, partindo do princípio do reconhecimento em que vivemos em um planeta cujo sistema é limitado, tornando necessária a criação de alternativas não impactantes para assegurar a qualidade de vida e sobrevivência dos seres humanos e dos ecossistemas. O relatório consta de quatro elementos chaves que compoariam a sustentabilidade ambiental: a pobreza nos países em desenvolvimento, o crescimento da população mundial, a tecnologia e o estilo de vida da sociedade.

Na busca pela sustentabilidade, surgem novas estratégias para enfrentar a crise do esgotamento e degradação dos recursos naturais, por exemplo: as políticas públicas, a educação ambiental, o planejamento energético, o controle de poluição e de dejetos, entre outras, podendo ser ou não regulamentadas por leis e normas. A legislação existe para regulamentar essas atividades, partindo do pressuposto que a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente configuram-se em patrimônio de toda a nação, por isso, devem ser assegurados e protegidos, uma vez que são elementos indissociáveis.

Santos S. (2007) relata que vários setores da sociedade organizam-se para a defesa das questões sociais e ambientais, cobrando de pessoas, empresas e governos (Estados) posturas ambientalmente corretas. Para acompanhar essas exigências, as organizações adotam formas de avaliar e controlar os riscos e os impactos das suas atividades sobre o meio ambiente, um exemplo é a implantação de sistemas de gestão ambiental, buscando a adequação à legislação e às normas vigentes.

O papel que o Estado possui na modernidade está intimamente ligado com os interesses coletivos, exemplificando a questão ambiental e a sustentabilidade. Ainda sobre o Estado e seu papel, destacamos:

Na realidade, a organização da sociedade civil e a ampliação da participação política deram continuidade aos processos de emancipação dos indivíduos e de racionalização da burocracia do Estado. Na atualidade a administração pública é composta por um conjunto de órgãos encarregados especificamente de tarefas de interesse geral que a iniciativa privada não pode ou não considera vantajoso realizar: no primeiro caso por impossibilidade de meios, como a defesa nacional, e no segundo pela falta de perspectiva de lucro. A administração é então constituída de um conjunto de organizações que participam da execução de múltiplas tarefas de interesse geral que cabem ao Estado. Neste sentido, a função administrativa é o prolongamento da função política que compreende a função legislativa e a função governamental. Dentre estas funções está a de prover políticas públicas, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios como: a manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação, etc. [...] ou seja, tanto a organização do corpo político como do seu aparato administrativos são moldados no território submetido pelo Estado e condicionados pelo processo histórico de cada sociedade, o que lhe imprime sua marca. (CASTRO, 2009, p. 586)

Assim sendo, fica evidente o papel que será atribuído ao Estado no que se refere à preservação e conservação<sup>2</sup> dos recursos naturais, pois lhe cabe garantir e criar políticas e legislações que consigam assegurar a sustentabilidade.

---

<sup>2</sup> Para esse trabalho utilizaremos a noção de conservação no sentido de proteção de recursos naturais com utilização racional que garanta a sustentabilidade de sua existência para as futuras gerações e a noção de preservação como proteção integral para evitar perda de biodiversidade.

O papel do Estado na sustentabilidade ou no desenvolvimento sustentável fica claro ao observar o artigo 225 da Constituição Federal brasileira<sup>3</sup> do ano 1988, que explicita:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Além do meio ambiente e da qualidade de vida (sustentabilidade) a serem assegurados, no Brasil, no que se refere à questão ambiental focada no aspecto de preservação e conservação da fauna e da flora, tais expedientes encontram-se normatizados pelo Código Florestal Brasileiro (CFB), Lei n.º12.727, de 17 de outubro de 2012, e, de forma mais ampla, pela Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei nº 6.938 de 1981. A regulamentação existente no Código Florestal estabelece duas áreas de proteção dentro da propriedade rural, que seriam as áreas de *Reserva Legal (RL)* e as *Áreas de Preservação Permanente (APP's)*.

A definição de Reserva Legal é contemplada pelo artigo 3º, inciso 4III da Lei n.º 12.727, de 17 de outubro de 2012:

[...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do artigo 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Ainda no artigo 3º, inciso II, temos a definição para as *Áreas de Preservação Permanente*:

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade

---

<sup>3</sup> Coube também à Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul legislar sobre o direito ambiental, em vários de seus artigos. Para ilustração, podemos citar os artigos:

Artigo 250. O meio ambiente é bem de uso comum do povo, e a manutenção de seu equilíbrio é essencial à sadia qualidade de vida.

Artigo 251. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para a presente e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido.

<sup>4</sup> Esses incisos servem para exemplificar que a preocupação da sociedade em garantir a qualidade de vida e um meio ambiente sustentável encontra-se normatizada por uma legislação, por entender que a questão ambiental é um patrimônio de todos, devendo ser preservado.

geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Cabe ressaltar que as propriedades rurais encontram-se atreladas a uma legislação que prevê áreas distintas que devem ser preservadas no interior das propriedades, e o não cumprimento dessa exigência acarreta aos agricultores familiares sanções e penalidades previstas na Lei.

De acordo com Veiga (2006, p. 10), a sustentabilidade para a sociedade dependerá da sua capacidade de submissão aos preceitos da prudência ecológica e do saber fazer um bom uso da natureza. Para o autor, na descrição de desenvolvimento sustentável “a rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”.

É nessa discussão do crescimento econômico e do meio ambiente como recurso para esse fim, que se trazem várias reflexões que a sociedade vem tentando responder ou ponderar. Afinal como ou qual(is) a(s) solução(ões) permitirá(ão) a inserção dos fatores ambientais e sociais que o conceito da sustentabilidade traz no contexto capitalista?

E é nesse anseio, por respostas e direções que pode-se perceber as várias teorias ou conceituações que vem norteando os vários estudos sobre o melhor caminho para o desenvolvimento sustentável.

Em consonância com Sachs (1993), a sustentabilidade teria cinco dimensões que devem integrar o desenvolvimento, as quais seriam: social, econômico, ecológico, espacial e cultural. A sustentabilidade pensada pelo autor exigirá da sociedade uma articulação de vários fatores, entre eles, estariam o conhecimento dos diversos ecossistemas com seus potenciais e limitações para uso, o papel da reciclagem na questão dos recursos, o papel da ciência e da tecnologia para pesquisarem alternativas menos poluentes.

Solow (2000), em sua teoria, aborda que o meio ambiente não deve ser um grande obstáculo à expansão, pois, ao longo prazo, os ecossistemas não oferecerão qualquer tipo de limites, entendida, pelo pesquisador, a natureza como fonte de recursos ou para assimilar os impactos causados. Neste sentido, os recursos ambientais, ou a falta deles, não será limitante no processo produtivo (ótica capitalista), uma vez que ele será substituído por três fatores principais: trabalho humano, capital produzido e recursos naturais. Isso será possível pelo avanço

científico-tecnológico que conseguirá substituir o meio ambiente, ou seja, o crescimento econômico não será incompatível com a natureza. A teoria que Solow propôs foi denominada de *sustentabilidade fraca*, porque ela assume que os recursos naturais podem ser exauridos sem nenhuma consequência, cabendo à ciência e à tecnologia produzir substitutos, suprimindo qualquer fator ambiental.

Ao refletir sobre a proposta da *sustentabilidade fraca*, ponderamos que a questão ambiental e, por consequência, os ecossistemas envolvidos continuam a serem tratadas como fonte de recursos em uma visão simplista e capitalista, não sendo considerada no conceito amplo em que foi pensada a sustentabilidade.

Já a chamada *sustentabilidade forte*, cunhada pelos economicistas neoclássicos difere da visão de Solow no que se refere à questão das possibilidades de substituição. Para eles, o capital natural é passível de ser exaurido, mas, para que isso não aconteça, é necessário que os danos ambientais sejam de alguma forma compensados através do sistema de preços de mercado. Assim, o meio ambiente torna-se mais um passivo a ser administrado pelo mercado, entretanto, não podemos esquecer que os recursos naturais não podem ser catalogados em preços ou valores, pois não há maneira de calcular o real valor do bem ambiental (apesar de haver várias tentativas neste sentido, mas nenhuma eficaz), a saída foi acrescentar esses recursos nas ditas imperfeições de mercado. Ora, dessa forma, o meio ambiente passa a ser um bem ambiental que estará na ótica do mercado, exemplificando, os mercados de direito a poluir.

Veiga (2006, p. 127), por sua vez, faz-nos refletir sobre o assunto ao indagar:

Qual poderia ser, por exemplo, o preço do ozônio em rarefação, ou o preço de uma função como a regulação térmica do planeta? Será que a preservação das diversidades biológica e cultural poderia ficar na dependência do aperfeiçoamento dessas tentativas de simular mercados?

Ainda corroborando com o tema, o autor (2006, p. 128) acrescenta, ao refletir sobre, se atribuir um preço a um bem natural, é a maneira mais eficaz de ganhar a opinião pública na questão da preservação ambiental, assim:

Uma parte crescente dos economistas responde que sim. No fundo, eles estão convictos de que a racionalidade econômica sempre dominará as outras racionalidades. Como o Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry, eles acham que os adultos nunca valorizam uma casa por que ela tem tijolos

rosados, com gerânios nas janelas e pombas no telhado. Só são capazes de admirar sua beleza quando ouvem que ela custa tantos milhões.

Ao fazer alusão ao Pequeno Príncipe, o autor recorre ao mais simples dos pontos sobre o que a questão ambiental vem enfrentando, e um dos mais complexos a serem resolvidos, que é como os indivíduos percebem e apropriam-se da necessidade e do direito da natureza a ser preservada e conservada. Como proceder à mudança da relação da velha dicotomia homem e natureza, para uma relação de inter-relação do homem com a natureza. Eis um dos maiores gargalos existentes, afinal, tanto a sustentabilidade fraca quanto a forte podem ser resumidas no pensamento econômico capitalista de acumulação de materiais, continuando com o distanciamento do indivíduo e da natureza.

Neste sentido, no que tange à percepção das pessoas, Sen (2004) afirma que as pessoas não são passivas, mas também são agentes, e que possuem liberdade para decidirem qual será o valor atribuído às coisas e de que forma tais atributos podem ser preservados além do atendimento.

A ideia de sustentabilidade deve vir, primeiramente, de uma questão ética, da aproximação do homem e do meio ambiente, não deve ser compreendida pela ótica positivista de uma natureza estática, analítica e aritmética, que serve apenas para ser dominada. Para que a sustentabilidade seja possível é necessário que a percepção quanto ao meio ambiente seja transformada, assim, é preciso que se mude a maneira de enxergar a natureza, não mais como um recurso inesgotável, mas como um fator integrante da vida.

Para Leff (2010), o grande desafio da crise ambiental não está em como “economizar”<sup>5</sup> a vida ou a natureza, e sim como construíremos outra economia, outro desenvolvimento, haja vista que a racionalidade econômica estendeu-se a todas as ordens ontológicas, mudando o mundo através da atribuição de preços e valores de mercado aos bens e serviços ambientais, aos valores inerentes à natureza e aos valores sociais e culturais.

Ao voltarmos ao pensamento de Souza M. (1996) que trata do desenvolvimento como um valor social que é enraizado na cultura de uma sociedade, podemos extrapolar o seu pensamento para a questão da sustentabilidade. Assim sendo, voltamos ao ponto inicial ou final de como alcançá-la,

---

<sup>5</sup> Para Leff, o termo economizar significa que todos fatores podem adquirir um preço ou valor perante o mercado e a ótica capitalista.

pois as transformações para que o desenvolvimento sustentável aconteça passam primeiro, pelas mudanças das relações sociais e da percepção dos indivíduos quanto à questão ambiental, assim como a tomada de consciência da necessidade de ser construída uma sociedade baseada na sustentabilidade.

Neste sentido, o próximo tópico inicia a sua reflexão do ponto de partida da formação da percepção e a sua importância vital na construção de novos pensamentos e conhecimentos que poderão ajudar a alcançar a sustentabilidade.

## **1.2 Formação da percepção do indivíduo e a racionalidade ambiental**

Ao abordarmos a sustentabilidade e como a sociedade pode alcançá-la, não devemos ser direcionados pelo pensamento mais simplista de que o mercado resolverá o problema da utilização predatória dos recursos naturais, mantendo a velha separação homem e natureza, até porque a sustentabilidade é mais complexa e mais holística. Para que a questão da sustentabilidade e da incorporação da natureza torne-se algo a mais do que uma mera retórica no discurso ambientalista, é imprescindível que a percepção quanto a necessidade do meio ambiente seja transformada na presente geração e nas futuras, bem como seja construída uma nova racionalidade, a qual podemos denominar como a racionalidade ambiental.

Para Worster (1991), o ser humano é um animal que carrega ideias e ferramentas, tais como a “natureza”, visto que a natureza, segundo o autor, não deve ser considerada apenas uma ideia, mas a junção de muitas ideias, significados, pensamentos e sentimentos.

Primeiramente, é necessário que se conceitue o que entendemos por racionalidade e percepção. A percepção é aquela ação e efeito de perceber através de um dos nossos sentidos as imagens ou sensações externas, compreendendo e conhecendo algo, e é através da percepção que as informações coletadas são processadas, e dessa forma, conseguimos compor a ideia sobre um objeto e seu significado.

Já a racionalidade, no seu sentido filosófico, segundo Japiassu (1981), pode ser entendida como aquela que abarcará a totalidade do saber, em que o pensamento estará inserido em uma visão de totalidade do ser.

O racionalismo, juntamente com o empirismo, pode ser considerado uma forma de busca por respostas, para o que é fundamental no processo de conhecimento da realidade (seja ela objetiva ou subjetiva), ou seja, o vivido, as experiências, as percepções e o racional. Para o racionalista, só é possível entender a realidade através de uma visão totalizante (HAESBAERT, 2009). Para o entendimento da realidade não se pode fragmentá-la, ela deve sim ser entendida de forma holística, de forma totalizante como o autor utiliza, e que é justamente o que buscamos quando se trata da questão ambiental e da sustentabilidade.

A sustentabilidade para ser efetiva deve-se transformar em elemento simbólico para os indivíduos, ou seja, a busca pela sustentabilidade nada mais é do que a criação de novos símbolos, voltados ao retorno do homem ao meio ambiente, mais um elo da cadeia e não mais um objeto a parte. Ainda, neste sentido, Castoriadis (1986, p. 152) contribui:

A sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava o natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa enfim, do racional. Tudo isto faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados [...] o simbolismo determina aspectos da vida em sociedade [...]

Oliveira L. (2009), ao tratar em seu artigo sobre percepção ambiental, assevera que a percepção é o nosso contato com o mundo exterior, tendo em vista que se dá através dos nossos órgãos sensoriais de maneira seletiva e instantânea o que nos proporciona a sensação, que é variável, pois depende do órgão sensorial utilizado. Assim, as sensações passam por determinados filtros culturais e individuais para tornarem-se percepções. Além disso, “os filtros culturais e individuais são produtos do interesse, da necessidade e da motivação. São tão importantes, em nossa percepção, que muitas vezes determinam as tomadas das decisões e nos conduzem às tomadas de consciência” (2009, p. 153)

Ao refletirmos sobre a questão da percepção em relação ao meio ambiente e à visão moderna do seu papel no contexto da produção, começamos a delimitar a necessidade que a questão ambiental tem de ser incluída justamente nesses filtros culturais e individuais que o autor comenta. Assim, se a tomada de decisão e de consciência passa por esses filtros, é correto afirmar que as atitudes, os valores e os símbolos formados pela sociedade atual, baseados principalmente nos valores

industriais e urbanos, devem ser transformados em símbolos mais ecológicos e estarem calcados na reaproximação com a natureza e a sustentabilidade.

Ainda de acordo com o autor citado, enquanto a sociedade ignorar que o meio ambiente é finito e não houver um desenvolvimento de afetividade em relação a ele não haverá sustentabilidade, continuaremos a vê-lo como apenas um recurso ou fonte de tragédias nos casos de desastres ambientais.

Raffestin (1993, p. 223-225), ao escrever o capítulo sobre o que seriam recursos e matéria, explica:

A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um “dado”, pois preexiste a toda a ação humana [...] A matéria é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem [...] É evidente que toda matéria é caracterizada por propriedades cuja valorização dependerá da relação que os homens mantiveram com ela. É efetivamente o homem quem, por seu trabalho (energia informada), “inventa” as propriedades da matéria. As propriedades da matéria não são dadas, mas “inventadas”, pois resultam de um processo analítico, empírico por muito tempo, acionado pelo que submete a matéria a operações diversas [...] Assim, uma mudança de prática constitui nova relação para com a matéria, donde resulta a probabilidade de evidenciar novas propriedades [...] O homem não se interessa pela matéria como massa inerte indiferenciada, mas na medida em que ela possui propriedades que correspondem a utilidades [...] Um recurso é o produto de uma relação. A partir daí, não há recursos naturais, só matérias naturais.

Dessa forma, voltamos novamente à reflexão que a percepção quanto a questão ambiental deve ser reinventada não apenas como um recurso de utilização, mas no sentido da conservação e preservação, isto é, novas utilidades devem ser criadas.

Na sua obra, Habermas (1990), ao referenciar sobre o paradigma da racionalidade moderna e sua estrutura pautada na razão do sujeito e na objetividade, propõe que esse paradigma seja desconstruído e que seja adotada a razão comunicativa, uma racionalidade aberta às relações intersubjetivas e que a partir do mundo da vida tenha-se o consenso entre os sujeitos. A racionalidade comunicativa não deve ser compreendida pelo conhecimento fechado de um sujeito, mas de um saber que é comunicacional e que se origina da interação desse mundo, da vida e entre os sujeitos. Desse modo, forma-se, assim, uma rede de interações sociais que elaboram alternativas de soluções para diversas questões, possibilitando o entendimento mútuo e a validade do discurso. Ainda corroborando neste sentido, o

autor afirma que a troca de paradigmas só é possível quando um deles perde força e é negado.

Para Veiga (2006), a invenção cultural ocorre em dois eixos: a da racionalidade instrumental ou formal e a racionalidade substantiva ou dos fins, e é essa que estará ligada aos valores de uma sociedade, podendo ser valores morais, religiosos, estéticos e, porque não, valores ambientais, tal como a sustentabilidade prega.

Assim, quando Mann, em 1984, lança a teoria do poder do Estado, ele define quatro possíveis origens do poder social: o ideológico, o econômico, o militar e o político, e seriam esses fatores que determinariam a estrutura da sociedade em seus momentos históricos, cada um, é claro, atuando de forma conjunta, mas alcançando condições diferenciadas de dominação ao longo do tempo e do espaço. Para o autor, uma destas possibilidades ou conjunto de algumas, que estruturarão a sociedade em determinado ponto histórico ou em determinado paradigma.

As relações de poder ocorrem no espaço social, sendo que, para Souza M. (1999), o espaço social é antes de qualquer coisa um produto da transformação da natureza pelo trabalho social. Assim, onde acontecem as relações sociais denominar-se-ia de espaço, um palco que é construído e modelado pela ação do homem, e esse transformando o meio ambiente onde vive.

Conforme Bourdieu (1998), o mundo social é formado pela construção das diferentes visões de mundo e que auxiliam na construção da realidade. Assim sendo, somos nós que construímos o espaço social através desses pontos de vistas, contudo, é claro que esses pontos, serão diferentes ou até mesmo antagônicos, pois eles derivam da visão que cada agente tem do seu espaço, ou seja, depende da vivência de cada indivíduo. Dessa forma, a construção da visão do mundo dá-se através das coações estruturais que incidirão no *habitus* dos indivíduos, ou seja, é através das estruturas mentais que eles apreendem o mundo social, sendo assim, em essência, o produto da interiorização das estruturas do mundo social. Ainda, de acordo com o autor:

Assim, a busca de formas invariantes de percepção ou de construção da realidade social mascara diversas coisas: primeiramente, que essa construção não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais; segundo, que as estruturas estruturantes, as estruturas cognitivas, também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social; terceiro, que a construção da realidade social é somente um

empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo. Mas a chamada visão microssociológica esquece muitas outras coisas: como acontece quando se quer olhar de muito perto, a árvore esconde a floresta [...] (1998, p. 158)

Ainda, de acordo com o autor, no que se refere à construção da percepção e à visão do mundo pelos indivíduos<sup>6</sup>, o autor escreve que as representações criadas têm e que irão variar segundo a posição e o *habitus* desse indivíduo, sendo adquiridos através da sua experiência. Neste sentido, o *habitus*, para o autor, é ao mesmo tempo um sistema que possuirá esquemas práticos e de percepção e apreciação dessas práticas.

Para que haja mudanças de paradigmas, é necessário que se mude a visão do mundo e as operações práticas pelos quais os indivíduos são produzidos e reproduzidos. Ora, então, cabe ao poder simbólico<sup>7</sup> (dependendo do grupo) impor as outras mentes a visão de um mundo igual, antigo ou novo dependendo da autoridade social adquirida por determinadas lutas, o que se pode extrapolar a questão para a “luta” pela sustentabilidade. Entretanto, apenas se conseguirá a eficácia simbólica se essa visão estiver alicerçada na realidade, ou seja, nas afinidades objetivas entre os indivíduos.

A natureza é percebida, primeiramente, por cada pessoa no que se refere ao seu valor individual, para, posteriormente, serem atribuídos sentimentos e valores que podem ser expandidos para a sociedade. É justamente essa barreira que deve ser ultrapassada, para que aconteça efetivamente a mudança para um novo paradigma. Afinal, a sustentabilidade, a conservação e a preservação ambiental necessitam que a população esteja engajada nas decisões e, para isso, a percepção quanto à importância do meio ambiente deve ser transformada em uma nova racionalidade.

Ainda, em outras palavras, para ter-se um novo pensar voltado ao meio ambiente, a preservação ambiental deve passar pelo modo subjetivo, perpassando pelas percepções individuais e coletivas, tendo em vista que, somente, assim, cria-se uma percepção que abandonará a dicotomia criada da natureza *versus* homem.

---

<sup>6</sup> O autor utiliza o termo *agentes*, mas para essa tese escolhemos usar o termo indivíduos por compreender que são os indivíduos que constroem sua existência no grupo social e a sua história.

<sup>7</sup> Para Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. Assim, é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido do mundo.

Neste sentido, culmina o conceito e a perspectiva de uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental. De acordo com Leff (2010), essa racionalidade ambiental implica uma transformação da racionalidade social que incluirá outras dimensões, não apenas a produtiva. Dessa forma, a racionalidade ambiental construirá uma nova economia voltada à sustentabilidade com diferentes ordens, mas ao mesmo tempo estará aberta para diversas racionalidades culturais. Portanto:

A sustentabilidade implica uma mudança de racionalidade social e produtiva; mas a racionalidade ambiental não é um modelo homogêneo ou um paradigma monolítico. Seus princípios abarcam e se fundamentam em uma pluralidade de racionalidades culturais, a partir da qual se constroem diferentes caminhos para a sustentabilidade. (2010, p. 51)

Nogué *et al.* (2010), ao comentar sobre como os cidadãos percebem a questão da paisagem/natureza na região da Catalunha/Espanha, expõem que estes entendem que a natureza é uma projeção cultural de determinada sociedade e em um espaço determinado por dimensões tais como material, espiritual, ideológica e simbólica.

A formação de uma racionalidade ambiental vai de encontro a velha ótica do mercado, ou seja, não é possível mensurar valores de mercado ou até mesmo valores morais para o meio ambiente, por isso que a racionalidade ambiental deve ser considerada como uma nova política, entendida como uma pluralidade de racionalidades e de identidades que se reconhecem e que valorizam a natureza sob códigos diversos. (LEFF, 2004)

Em conformidade com Leff (2010), a racionalidade ambiental deve estar calcada em uma estratégia de desconstrução e reconstrução, não será o fim do sistema econômico, mas que ele venha a reorganizar a produção, restaurado, assim, uma nova fase e novos ciclos ecológicos. Ainda contribuindo:

Mas essa reconstrução não se orienta simplesmente por uma “racionalidade ecológica”, e sim por formas e processos culturais de ressignificação da natureza. Neste sentido, a construção de uma racionalidade ambiental capaz de desconstruir a racionalidade econômica, implica processos de reapropriação da natureza e territorialização das culturas [...] a construção de uma racionalidade ambiental entendida como o ordenamento de um conjunto de objetivos, explícitos e implícitos; de meios e instrumentos; de princípios éticos, regras sociais, normas jurídicas e valores culturais; de sistemas de significação e de conhecimento; de teorias e conceitos; de métodos e técnicas de produção. Esta racionalidade estabelece critérios para a tomada de decisões e orienta políticas públicas, regulamentando os processos de produção e consumo, e legitimando os

comportamentos e ações de diferentes atores e grupos sociais para alcançar os propósitos da sustentabilidade. (2010, p. 63-170)

O discurso da sustentabilidade encontra-se pautado, antes de mais nada, em uma ética, não somente em uma ética ou respeito existente na relação entre os indivíduos, mas a construção social através de um diálogo de saberes que parte da diversidade e diferenças existentes entre as culturas. A racionalidade ambiental deve encontrar-se pautada na reorientação dos valores, das normas e das políticas vigentes, para que, assim, seja possível alterar a realidade social e a visão de mundo.

Assim, a racionalidade ambiental construir-se-á e concretizar-se-á através da mudança da percepção e dos valores dos indivíduos, pois eles mudarão as regras e normas que delinham os sentidos existenciais e os mundos da vida. Segundo Leff (2010), a racionalidade ou o saber ambiental deve superar a velha dicotomia entre sujeito e objeto, reconhecendo, assim, as potencialidades do real, incorporando identidades e valores culturais, bem como as significações subjetivas.

E é neste contexto que vem a proposta deste trabalho, justamente pautada na questão da percepção e da necessidade de uma nova racionalidade, assim sendo, indagamos a possibilidade da formação de identidades ambientais nos diversos territórios existentes, através da existência de ações e estratégias que visam a assegurar a preservação e conservação do meio ambiente, tal como a existência da legislação ambiental brasileira.

Devemos reconhecer que a questão ambiental e a sustentabilidade como uma norma universal ou que a sua legitimidade dá-se através da construção da percepção e da formação de uma identidade ambiental. Indo ao encontro desse pensamento, Porto-Gonçalves (2012, p. 81) colabora, ao refletir sobre a alternativa à mudança da percepção dos indivíduos, quando ele afirma: “[...] é preciso que se construam determinadas condições jurídicas e políticas para que as técnicas de dominação da natureza possam se desenvolver”. A ideia exposta pelo autor não deve ser apenas analisada pelo domínio da natureza, e sim que podem também os regramentos jurídicos ou as políticas serem construídas em prol da sustentabilidade e do meio ambiente. Para tanto, coube à legislação brasileira garantir um meio ambiente de qualidade a todos, bem como normativas de cunho preservacionista.

Entretanto, cabe ressaltarmos que qualquer que seja a política ou normativa que tenha característica da preservação e conservação do meio ambiente não pode

estar viciada na pura lógica do mercado, isto é, na mercantilização das estratégias e ações, por exemplo, o mercado de carbono. A ideia central de uma nova racionalidade está justamente em ultrapassar a ótica econômica, e voltada à reaproximação do homem e da natureza. Contudo, entendemos que, obviamente, na vigência do modelo capitalista tão fortemente enraizado na sociedade atual, não se pode esquecer que a preservação e conservação do meio ambiente não deve constituir um ônus para aquele que o preserva, o que refletimos é a reaproximação e a valorização da natureza como um componente e não apenas como um recurso.

Partindo das diversas referências apresentadas neste capítulo é que iniciaremos o capítulo dois desta tese, procurando conceituar a proposta da formação de territórios ambientais a partir da possibilidade da construção de identidades ambientais e da legislação ambiental brasileira.

## **CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIOS E IDENTIDADES AMBIENTAIS**

No capítulo anterior, procuramos contextualizar a questão ambiental e a sustentabilidade nos dias atuais, já, neste capítulo, analisaremos a questão ambiental na visão da noção de territórios e a da construção de identidades a partir da sustentabilidade e do meio ambiente.

Na dissertação realizada por Godoy (2011) com os agricultores familiares do município de Santa Rosa/RS, intitulada “Agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS, entre a produção e a legislação ambiental: limites e possibilidades”, podemos notar a importância da preservação do meio ambiente para os agricultores familiares entrevistados e o fato destes perceberem que a preservação ambiental é de suma importância, bem como o foco dado pela legislação às propriedades rurais e papel delas na questão ambiental. Além disso, faz parte dos depoimentos a comparação desse papel com o meio urbano e a falta de preocupação ambiental, muitas vezes, existente naquele meio.

Ao analisar o registro das informações prestadas pelos agricultores, percebemos alguns componentes que se referem à presença de uma possível construção da identidade territorial baseada na questão ambiental e no sentimento de valorização dos agricultores familiares como categoria responsável por assegurar a qualidade ambiental para a sociedade e ser uma das principais bases do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, também citamos o trabalho a campo realizado na disciplina de Planejamento e Gestão de Projetos em Desenvolvimento Rural, no município de Novo Machado/RS, que corrobora com presença de elementos que sugerem uma construção de uma identidade ambiental, podendo ser percebida em algumas das falas dos agricultores desta região.

A questão ambiental e a sua preservação configuram uma nova ordem na relação entre a sociedade e a natureza, superando a “velha” dicotomia entre ambas, assim, a natureza torna-se fonte de potencialidade para a abordagem territorial. As populações podem sofrer a reterritorialização e a multiterritorialidade, construindo novas identidades territoriais através do movimento ambiental. E é neste sentido que este capítulo vem contribuir com a discussão proposta nesta tese que se encontra

centrada na formação de identidades ambientais e seus respectivos territórios ambientais.

## **2.1 Territórios e conceituações**

Ao abordarmos a temática dos territórios, nos deparamos com diversos conceitos encontrados na literatura, que vão desde territórios geográficos com seus limites físicos bem definidos até aquela noção mais ampla e complexa. Assim, compreender o conceito e sua complexidade auxilia-nos a compreender as diversas possibilidades com que a sociedade organiza-se e interage no espaço em que vive.

A abordagem sobre territórios e o espaço geográfico, ao longo dos séculos, esteve, muitas vezes, associada à noção de espaço físico, fronteiras e limites (Estados e Nações), entretanto, devemos compreender que ambas as denominações espaço e territórios possuem significados distintos. A denominação e, conseqüentemente, a noção de territórios, a partir, principalmente, da década de oitenta (século XX), passou por uma reformulação epistemológica sobre a questão do espaço e dos territórios. Essa reformulação deu-se, principalmente, pelo processo de globalização, que culminou nas transformações políticas, culturais e econômicas vistas na atualidade, incentivando os estudos sobre territorialidade num âmbito renovado quanto a sua abordagem.

Coube a Santos M. (1999, p.83), em sua obra: “A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção”, diferenciar a questão de espaço e paisagem, esta última devendo ser considerada como um conjunto de formas, que, em um dado período, exprimirá as heranças das relações do homem com a natureza, já o espaço deve ser entendido como o conjunto destas formas mais “a vida que as anima”.

Um dos pioneiros na abordagem sobre territórios foi o geógrafo suíço, professor de Geografia Humana na Universidade de Genebra, Claude Raffestin (1993), o qual interpreta que o espaço deve ser entendido como um substrato existente anterior ao território, ou seja, o território é formado a partir do espaço. Ele é resultado de uma ação produzida por um ator<sup>8</sup>, e esse ator irá territorializar<sup>9</sup> o espaço, em outras palavras, o território é produto dos atores locais e também de todas as organizações existentes naquele espaço. São esses atores que produzirão e construirão o território, compostos por redes, partindo do espaço e passando à implantação de novas ligações, assim, o território pode estar apoiado no espaço, mas ele não é o espaço propriamente dito, e sim uma produção a partir dele.

O espaço geográfico é palco de ações e de relações inter e extrassociais, a cada momento histórico, ele recria-se e reorganiza-se em suas funções, portanto, deve ser considerado como dinâmico e como elemento pertencente da história, ganhando, assim, outra significação.

Para Heidrich (1998), a noção de espaço não se encontra vinculada à nenhuma construção para sua existência, já a noção de território deve ser entendida como uma construção e não como um dado natural pré-existente. A dominação da natureza pelo homem autorizou a sedentarização e, justamente, isso permitiu que as comunidades iniciassem um processo de valorização dos seus territórios, a transformação do espaço. O território passa a ser um local onde as relações entre diversos atores e lugares absolutos acontecem.

De acordo com Guattari (1985), a noção de território envolve uma ordem de subjetividade tanto individual quanto coletiva, os grupos possuem a possibilidade de articularem territorialmente algumas resistências, indo contra o espaço homogeneizante.

Segundo Raffestin (1993), a territorialidade adquire um valor, pois ela reflete a multidimensionalidade do “vivido” pelos membros pertencentes àquela sociedade, sendo dinâmica e suscetível à variação de tempo histórico. Ainda conforme o autor:

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma

---

<sup>8</sup> O termo ator pode ser compreendido segundo Santos H. (1991) como aquele indivíduo que representa, que encarna um papel dentro das relações sociais, ou seja, ele representa algo para a sociedade. E nesse sentido ele pode representar uma ideia, reivindicação, projeto, entre outros. E para Sabourin (2002) quando se refere ao desenvolvimento local, os atores poderão ser indivíduos ou instituições que desempenham atividades, ou, então, mantém relações num determinado território.

<sup>9</sup> Termo utilizado pelo autor.

carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação. (RAFFESTIN, 1993, p. 161)

Sack (1986), por sua vez, argumenta que a interpretação de territorialidade deve ser aplicada em todas as escalas não somente na política e as suas relações de poder, pois o território surge das estratégias de controle necessárias à vida social, seja em um apartamento ou um Estado.

Ao pensarmos em todas as escalas que os territórios poderão ser construídos, podemos incluir outro eixo sobre a formação da territorialidade, o de quem irá realizar esse processo, aqui, chamados de agentes formadores, conceito que foi trabalhado por Santos M. (1985). O autor trata da periodização da história, em que os territórios e seu reconhecimento pelos atores não deve ser entendido como fixo e imutável, ao contrário, a cada momento histórico, haverá mudanças em relação à territorialidade e ao seu reconhecimento, cada elemento estará sujeito a mudanças de papéis e de posição no sistema temporal e espacial.

A noção de territórios ultrapassa o mero espaço físico limitado, e nesse sentido que atualmente pesquisadores (HAESBAERT, PORTO-GONÇALVES, SANTOS, SOUZA, FROEHLICH, entre outros) têm trabalhado com o conceito de territórios-redes, que é aquela noção de espaços descontínuos, mas extremamente conectados e articulados entre si. A percepção que os territórios devam ser limitados de forma geográfica e que são imutáveis ao longo do tempo desfaz-se com esse conceito.

Dessa forma, não se pode deixar de comentar que o conceito de territórios está intimamente ligado a outras noções muito utilizadas, na atualidade, que são os fenômenos: de desterritorialização, a reterritorialização e a multiterritorialidade. Para Haesbaert (2007b), a desterritorialização seria o “fim dos territórios”, ou seja, os atores abandonam a territorialidade, a sua ligação do pertencimento a algum fator simbólico, já a reterritorialização é o processo da construção de novos territórios e de novas identidades. Contudo, ambos os processos não são lineares ou constantes, ao contrário, podem estar acontecendo simultaneamente e em várias direções, não existe apenas uma identidade ou um território e sim diversas identidades e territórios coexistindo no espaço. O que nos leva ao conceito de multiterritorialidade ou de múltiplos territórios, que é a noção de inserir-se com várias identidades e territórios, não precisando, necessariamente, estar atrelados a apenas

um território ou a uma identidade, ao contrário, os territórios constroem-se, integrando-se uns aos outros e com múltiplas identidades.

Podemos entender a territorialidade como aquela noção de pertencer àquilo que nos pertence, pois é através dessa formação da consciência coletiva e do “algo” em comum que os atores passam a reconhecer-se, isso facilita a busca coletiva de estratégias e ações para o desenvolvimento dos territórios. (SANTOS M. e SILVEIRA, 2004)

Neste sentido, Froehlich *et al.* (2010) explicam que, pela dicotomia existente, atualmente, sobre a noção local e global, há uma crise de identidades, o que permite que os indivíduos possam mover-se entre grupos diversos e com diversos símbolos, admitindo, dessa forma, que diferentes identidades possam ser construídas e reconstruídas, bem como várias territorialidades coexistam num mesmo espaço.

Ainda neste sentido, Saquet (2003) aponta que o território deve ser compreendido como o produto de processos de apropriação e domínio de certo espaço, registrando um campo de forças, de relações de poder. Podemos pensar que o espaço passa a ser valorizado pelos agentes, não sendo somente a natureza, pois adquirirá novos elementos na sua constituição, podendo ser de ordem econômica, social, cultural, política, entre outros. O território torna-se parte da história vivida por uma comunidade que imprime nesse espaço uma identidade, com a qual o indivíduo se reconhece como integrante.

Um dos vieses que, nos dias de hoje, tem-se visto da aplicação do conceito de território está na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial, no Brasil, vários documentos foram produzidos com tal objetivo. O documento nº. 01, produzido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA, intitulado “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil”, de março de 2005, aborda sobre o que seria o desenvolvimento em uma perspectiva territorial, expressando que o grande desafio não se encontra em integrar o agricultor familiar à indústria e sim como propiciar condições para que o mesmo agricultor “valorize um certo território num conjunto muito variado de atividade e de mercados” (2005, p. 04).

Ainda neste contexto, ao analisar o documento nº 02, intitulado “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de territórios Rurais”, de maio de 2005, podemos interpretar as estratégias sistematizadas do Governo Federal as quais visam à promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios. Sinteticamente,

podemos considerar o documento como um manual com várias estratégias e recursos para que se possam mobilizar os agentes locais, o capital social<sup>10</sup>, de determinadas regiões para promover o desenvolvimento do território. No referido documento, o conceito de territórios aparece denominado como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005, p. 07-08)

No fragmento anterior, o conceito de territórios encontra-se atrelado a uma noção de território definido no aspecto físico, sem atentar para o fato de que a criação dos territórios ou a formação das identidades podem ser expandidas a novos lugares e espaços. Aliás, o espaço não é mais o fator limitante na formação de sentimento de pertença, deve ser pensado o conceito de territórios de forma ampla, tal como sugerimos nesta tese, não apenas na mobilização dos agentes locais em um espaço definido geograficamente, voltado para dinamizar o território com viés puramente econômico e direcionado ao mercado.

Ainda no que se refere ao documento analisado, há menção a uma dimensão ambiental e à sustentabilidade no processo de territorialização, todavia, essa dimensão é referida de forma simplista, enfatizando a ideia de gestão sustentada dos recursos naturais, o que nos remete a uma noção parcial de sustentabilidade focada na gestão dos recursos naturais e não se inclui no questionamento o próprio uso insustentável dos mesmos.

Assim, a noção que pretendemos mostrar sobre o que seria territórios e como eles são construídos de forma não planejada e em certo momento histórico, faz-nos refletir em algo tão importante que é, justamente, a legitimidade de serem criados territórios de forma proposital e, conseqüentemente, identidades “forçadas”, uma vez

---

<sup>10</sup> A noção de capital social presente no documento produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p. 09) é compreendido como “o conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, o capital social tem na sua raiz processos que são, a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação. Implica na habilidade de pessoas e grupos em estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjuntas, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações”.

que partimos do princípio que a identidade é construída no sentimento de pertencimento a algum lugar ou ideologia. Assim sendo, formulamos o seguinte questionamento: será possível que as políticas e ações que visam a criar de forma proposital um território e identidade conseguirão manter os elos entre seus agentes? E esses elos serão fortes o suficiente para manter o território? Já que retornamos ao nosso entendimento que as identidades e os próprios territórios partem do princípio de novos significados e não é possível controlar esse pertencimento por tempo indeterminado.

Para algumas respostas para as perguntas formuladas, Abramovay (2007) proporciona a reflexão que o desenvolvimento territorial ou a formação de territórios apresentam fatores que são intangíveis a certos aspectos referentes a maneira como os agentes sociais relacionam-se entre si, não permitindo explicar de forma absoluta a criação desses territórios.

E neste sentido que Souza M. (1997, p. 29-31) também contribui para responder a questão ao explicitar e indagar:

[...] um lugar não se distingue de outros apenas por suas particularidades objetivas, que podem até não ser significativas, mas por ser vivenciado (e, eventualmente, apropriado, territorializado) por um grupo específico, em interação com ele desenvolve [...] Onde termina a territorialização perfeitamente legítima, sob o ângulo da autonomia, garantidora da preservação da base de recursos e da identidade de um grupo, e começam o "corporativismo territorial" ou a segregação sócio-espacial, que ferem o princípio da igualdade efetiva de oportunidades?

A noção de território deve ser entendida pela sua dimensão de representação, do valor simbólico, ele não deve estar subjugado ao mero aspecto econômico, pois o território é um espaço dotado de valores éticos, culturais, simbólicos e afetivos, onde são os princípios de laços que permitem que os indivíduos identifiquem-se ou reconheçam-se perante a um valor. E é neste sentido que o território deve ser reconhecido, pois ele é quem constrói as identidades. (BONNEMAISON E CAMBRÉZY, 1996)

Esses laços que permitem a aproximação dos indivíduos, puderam ser percebidos durante a pesquisa dessa tese, pois os agricultores se reconhecem perante um valor, perante um símbolo, nesse caso constituído pelas áreas de preservação permanente. Dessa forma, as áreas tornam-se valores simbólicos, que

são reconhecidos entre aqueles agricultores que possuem propriedades onde existe a cobrança da legislação ambiental.

Ao pensarmos a identidade territorial e, conseqüentemente, a formação de um território, ele passará, primeiro, pelo modo como os sujeitos relacionam-se entre si, e as interações com as tradições e/com as percepções que o grupo vive. Entendemos que o território e a identidade ali construída devem ser, antes de mais nada, vivenciados por tais atores, e não forçados tal vivência ou pertencimento, porque isso cria um território frágil, baseado somente na busca por mercados ou pelo desenvolvimento econômico da região, e dessa forma, tão pouco será duradouro.

E é com tal pensamento que Haesbaert (2009) contribui ao escrever que tanto a dimensão concreta (vinculada ao caráter produtivo e disciplinar) e a dimensão simbólica convivem num mesmo todo, tornando impossível apreender toda a complexidade que envolve o processo de territorialização de uma sociedade, uma vez que esse processo nunca poderá ser transformado a partir de uma intenção determinada e direcionada, principalmente o sendo com caráter econômico.

A abordagem territorial para o desenvolvimento rural deve ser construída a partir das ações entre os indivíduos e o ambiente ou no contexto em que estão inseridos, desse modo, o conteúdo desse espaço deverá ser entendido como território. O conceito de território não deve permear o entendimento como um espaço físico existente, mas sim compreendido como uma construção social, em verdade, um conjunto de relações sociais que irão originar-se e expressar-se em uma identidade, também um sentimento de pertencimento compartilhado pelos agentes. (SCHNEIDER, 2004)

Quando abordamos a noção de identidade, temos que pensar que o seu conceito tem adquirido uma crescente importância no contexto das mudanças que a sociedade contemporânea vem experimentando, neste sentido, a noção de identidade territorial também tem sua relevância no contexto, como mobilizador de novas territorialidades e propulsor de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento baseado nos modelos urbano-industriais, atualmente, passa por questionamentos quanto a sua viabilidade, assim sendo, a criação de novas compreensões de desenvolvimento que estejam fundamentadas na qualidade de vida, na sustentabilidade, nos aspectos que envolvam as

dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais, faz-se necessária. (VENDRUSCOLO, 2009)

A noção de territórios possui três vertentes básicas de interpretação na sua formação que seriam: a política, a cultural e a econômica, é a partir delas que as identidades territoriais seriam construídas.

Segundo Haesbaert (2007a), além das três vertentes básicas da interpretação da formação dos territórios: a política, a cultural e a econômica, pode-se acrescentar uma quarta interpretação, que seria a natural. Essa nova concepção parte do princípio da noção de territórios com base nas relações existentes entre a sociedade e natureza. Cabe ressaltar que o autor adverte para não haver um reducionismo da territorialidade na concepção natural vinculada ao biológico, uma vez que muitos pesquisadores referem-se ao termo natural associando, especialmente, ao comportamento animal, instintivo ou geneticamente determinado. Na perspectiva do natural, em um sentido mais amplo, onde:

[...] também valorizando essa ligação “natural” com a terra, temos uma outra variante dessa interpretação naturalista do território, envolvendo o campo dos sentimentos e da sensibilidade humana, que seriam particularmente moldados pela “natureza” ou pela “paisagem” ao seu redor. Esta visão sobrevaloriza e praticamente naturaliza uma ligação afetiva, emocional, do homem com seu espaço. (HAESBAERT, 2009, p.118)

Para Froehlich *et al.* (2010), as mudanças na sociedade atual, devido ao processo de globalização, marcam um período de procura por consumo de bens e serviços diferenciados, que exprimirão particularidades sociais, culturais, naturais e históricas. E é neste sentido que a valorização do patrimônio natural, referindo-se ao meio ambiente e à preservação dele torna-se um elemento na constituição do processo de formação identitária de uma população, já que os indivíduos encontrarão no patrimônio os pontos de referência para a sua identidade. Esse processo de valorização do meio rural através da natureza existente nas propriedades ganha dimensões promissoras, na contemporaneidade, pela busca da sociedade de qualidade e sustentabilidade ambiental. Ainda segundo os autores:

Assim, observa-se a “fuga” aos padrões de uniformidade e modelação dos hábitos da sociedade contemporânea e o aparecimento (atomização) de tendências de valorização e busca por estilos de vida históricos e pitorescos, bem como espaços de pertencimento e rememoração. (2010, p. 173)

Para Porto-Gonçalves (2012), a questão social e a ambiental unificam-se, passando a ser ponto culminante na formação de novos paradigmas, tanto com viés ecológico (no sentido de biodiversidade) ou sociológico (em relação às populações), assim os camponeses<sup>11</sup> serão os protagonistas na gestão dos recursos naturais.

Neste sentido, que, atualmente, se discute sobre a questão do desenvolvimento sustentável, especialmente para o meio rural, destacando-se a incorporação desse conceito em uma perspectiva territorial. Dessa forma, novas concepções de desenvolvimento estão sendo propostas através, principalmente, de políticas públicas que englobam as noções de territórios e territorialidade (como já visto neste capítulo). Nessa perspectiva, teremos como categoria de análise sociológica a agricultura familiar e o seu papel para o desenvolvimento rural e até mesmo a formação de territórios ambientais, os quais são propostos nesta tese.

Corroborando neste sentido, destacamos:

Por contrapor-se aos modelos tradicionais de planejamento e desenvolvimento, a gestão do território sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável deve ser capaz de responder pela produtividade econômica, pela melhoria da qualidade de vida da comunidade bem como pela preservação ambiental, isso em um horizonte de tempo que se estende até as gerações futuras. (LIONÇO, 2007, p. 51)

Assim sendo, considerando o caráter multifuncional que os espaços rurais apresentam, a abordagem territorial para o desenvolvimento local é uma nova alternativa que possibilita o estabelecimento de relações e de correlações das forças existentes nos territórios e também a valorização da participação dos atores. (HESPANHOL, 2008)

Ainda contribuindo com esta ideia, Froehlich *et al.* (2010), ao refletir sobre a questão dos territórios e o meio rural, afirmam que as construções de territórios constituem uma estratégia de desenvolvimento para aqueles lugares considerados atrasados. Ao buscarmos esta temática em outra obra de Froehlich (2002), o autor assinala que os processos de valorização das regiões rurais tanto por sua cultura ou pela natureza (aqui entendido como patrimônio natural) têm seu papel reconhecido pelos novos sentidos e funções que o meio rural pode desempenhar frente a questão do desenvolvimento dessas áreas, contrapondo a ideia de que o rural desapareceria ou mesmo desconstruindo a ideia de atraso.

---

<sup>11</sup> Termo utilizado pelo autor em seu texto, referindo-se às populações tradicionais ou que residem no meio rural.

O pensamento que se tem a partir dos anos oitenta é que o meio rural é acompanhado pela valorização do meio ambiente, as atividades agrícolas passam a ser então associadas à paisagem e que ela deve ser preservada e conservada. (CAZELLA, 2008)

Ao voltarmos à questão das quatro vertentes básicas na formação dos territórios<sup>12</sup> comentadas por Haesbaert (2007b), é que assinalamos a proposta principal desta tese, que é a criação de uma quinta vertente na formação dos territórios que seria o ambiental (território ambiental termo que será utilizado ao longo deste capítulo) e que faz menção não ao território puramente natural, mas que esteja ligada à questão ambiental contemporânea e à sustentabilidade. Uma vez que como o autor aponta em sua obra, o natural/natureza não pode ser separado do social, pois o homem interage com o meio ambiente e, em certo sentido, tem uma relação de poder nesse meio.

A preocupação em garantir os recursos naturais e a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações tem colocado a questão ambiental em evidência nas diversas pautas, políticas e discussões atuais. Assim sendo, o meio ambiente pode ser um motivador na construção e identificação de identidades territoriais. Neste sentido, vem a seguinte assertiva:

[...] estas novas tendências de valorização cultural e natural e de busca por um pertencimento abrem espaço para oportunidades de desenvolvimento ancoradas na valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, de locais, territórios ou grupos sociais/étnicos considerados “tradicionais”. Os modelos de desenvolvimento, ancorados nas ideologias urbano-industriais, onde a modernidade e a tecnologia eram sinônimos de desenvolvimento são questionados, possibilitando a criação de novas compreensões de desenvolvimento fundamentadas na busca da sociedade por qualidade de vida, pelo respeito à diversidade cultural e pela procura por um sentido de pertença, bem como por preocupações que envolvem a dimensão social, cultural, política, econômica e, principalmente, ambiental [...] (VENDRUSCOLO, 2009, p. 26-29)

Ainda no contexto temático do meio ambiente como formador de territórios e identidades<sup>13</sup> é possível encontrar, na obra de Haesbaert (2007a), apontamentos que apresentam os territórios naturais potencialmente definidos a partir de reservas naturais ou ecológicas. Ao focar os territórios e os processos de territorialização, a Antropologia e a História reportam às sociedades tradicionais que fazem uso das referências espaciais da própria natureza na construção de suas identidades. Essas

---

<sup>12</sup> As vertentes seriam: política, cultural, econômica e a natural.

<sup>13</sup> Territórios ambientais e identidades ambientais o qual propomos nesta tese.

sociedades, e aqui é possível ampliar o conceito de sociedades tradicionais incluindo a agricultura familiar, ancorando essa concepção como grupo social que carrega marcas de ligação com a terra. O autor considera que, pelo agravamento das questões ambientais, haverá uma valorização cada vez maior do controle dos recursos naturais.

Seguindo a reflexão em relação à formação de territórios ambientais e à agricultura familiar, Godelier (1984) contribui ao idealizar a análise da sociedade tradicional, como exemplo as populações indígenas, que dependem economicamente das condições físicas do seu entorno, ou que ainda utilizam os referentes espaciais da natureza nas suas identidades.

Os territórios podem ser considerados como resultados da maneira como as sociedades organizam-se para utilizarem os recursos naturais na sua reprodução social (ABRAMOVAY, 2007). E é neste sentido que os territórios ambientais podem ser pensados para o meio rural, auxiliando no desenvolvimento rural e sustentável, já que a atual preocupação sobre os recursos naturais e a sustentabilidade, aliada a estratégias que visam a preservar e conservar esses recursos (legislação) proporcionam aos agricultores familiares a possibilidade de organizarem-se no referido sentido.

O território ambiental pode ser visto justamente como uma representação social dos agricultores familiares articularem com a ordem existente na legislação ambiental, entretanto, não somente pela legislação, mas também pela nova percepção advinda do conceito da sustentabilidade e a reaproximação homem e natureza. Ao propormos os territórios ambientais, transpassamos a ideia do conceito imóvel, econômico e engessado, ao contrário disso, pensamos o território, a identidade ambiental e o meio ambiente como estratégias para o alcance da sustentabilidade.

Em outras palavras, o território, o espaço onde acontecem as relações, adquire um valor simbólico, um papel a ser desempenhado pelos indivíduos que fazem parte de determinado território.

Para Haesbaert (2009), os denominados espaços simbólicos são aqueles que manifestarão múltiplos valores simbólicos, sempre com a associação de outros papéis de natureza mais concreta. Em relação ao tema, o autor anota:

Alguns exemplos, entretanto, parecem traduzir de modo claro esta qualificação simbólica do território, como que materializando determinadas concepções e imagens. Assim, tanto os grandes monumentos ou prédios preservados por seu “valor histórico” quanto as reservas naturais, representantes de um alegado “patrimônio”, assumem sobretudo um valor simbólico como signos que traduzem uma memória coletiva, nacional, regional ou urbana, perpassando então as mais diferentes escalas socioespaciais desde o espaço cotidiano de relações até o território internacional. (2009, p. 85)

E é neste sentido que Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) contribuem ao afirmar que o poder do laço territorial demonstra que o espaço está baseado em valores que não somente materiais, mas também valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, neste caso, ambiental.

O que propomos, neste trabalho, é justamente que a sustentabilidade e a formação de identidades ambientais não sejam um produto, mas que proporcionem a existência de um território ambiental, onde o agricultor familiar seja reconhecido perante a sociedade como um “preservador” do meio ambiente.

Sobre a alternativa de criação de territórios ambientais e identidades ambientais a partir da existência das normativas presentes na legislação ambiental, Habermas (1989, p. 82-83) contribui:

*A imposição de normas está duplamente codificada, porque os motivos para o reconhecimento de pretensões de validade normativas podem remeter tanto a convicções quanto as sanções [...] essas amálgamas, porém, são interessantes na medida em que constituem um indício de que não basta a entrada em vigor positivista das normas, para assegurar duradouramente sua validade social. A imposição de uma norma depende também da possibilidade de mobilizar, num dado contexto da tradição, razões que sejam suficientes pelo menos para fazer parecer legítima a pretensão de validade no círculo das pessoas a que se endereça. Aplicado às sociedades modernas, isso significa: sem legitimidade, não há lealdade das massas.*

Leff (2010, p. 51), ao tratar sobre a racionalidade ambiental e a questão dos territórios, contribui:

Se reivindicamos o direito à existência dos povos e seus processos de reidentificação através de suas formas de reapropriação da natureza, estas não podem ser pensadas como uma adaptação e acomodação da globalização da economia ecológica, mas como a construção de novos territórios de vida funcionando dentro de uma racionalidade produtiva, a qual seja possível construir uma coalizão de economias locais sustentáveis e se contrapor ao predomínio da lógica econômico-ecológica global regida por um mercado “corrigido” por leis ecológicas, incluindo as normas dos acordos ambientais multilaterais e das regras ambientais do comércio internacional.

Ao estudarmos as percepções e como formam-se os valores dos indivíduos, podemos investigar como poderia ser formada uma identidade ambiental, ou o reconhecimento da natureza como parte integrante da sociedade, tendo sua base ancorada na cobrança da legislação ambiental. Assim, a preservação do meio ambiente vem a ser consolidada como um novo valor para a sociedade, estabelecendo, assim, uma nova linguagem simbólica, baseada na sustentabilidade, sendo compartilhada tanto para o meio urbano quanto para o meio rural.

A formação de territórios e identidades ambientais deve partir do reconhecimento que o meio ambiente é um bem coletivo que deve ser preservado e conservado, talvez essa seja a melhor designação para a sustentabilidade. Devemos compreender e apreender a questão ambiental por essa ótica, para que a formação de territórios não seja apenas mais uma estratégia de acumulação de riquezas, pois se assim o for, voltamos à mera visão econômica das outras alternativas de desenvolvimento.

No próximo item deste capítulo, procuraremos refletir sobre a formação das identidades, como elas constroem-se nos territórios, bem como a formação da identidade ambiental associada à questão da sustentabilidade.

## **2.2 Formação de identidades e identidades ambientais ligadas ao território**

A noção de territórios deve ser entendida como aquele conjunto de relações sociais que culminará na construção de uma identidade, que expressará um sentimento de pertencimento àquele determinado território e não somente restringir o conceito de territórios como espaço limitado por fronteiras físicas ou geográficas.

Assim sendo, é de suma importância compreender como a identidade é construída no território e para onde poderão convergir os interesses da agricultura familiar, principalmente no foco da questão ambiental como propulsora do desenvolvimento rural e como garantia de reprodução social para os agricultores familiares.

Um dos autores que tem sua relevância no debate do conceito de identidade e a sua formação é Castells, desse modo, no decorrer deste subcapítulo, escolhemos por citar o autor algumas vezes, por entender que as suas reflexões

corroboram com o que pensamos sobre a temática da identidade. Assim, o conceito de identidade entendido por Castells (2010, p. 22-23):

[...] é aquele processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. [...] constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação.

O citado autor, ainda, ao referir-se às transformações ocorridas na área tecnológica, principalmente na área de comunicação, no que concerne ao último século, reflete sobre uma das características que podem ser percebidas na sociedade atual que é o impacto da informatização sobre as culturas. E é neste sentido que ele sugere o conceito de sociedade em rede<sup>14</sup>, ao mesmo tempo em que a globalização impõe padrões de homogeneização das culturas e encurta distâncias, propicia reações locais, e são essas reações que formarão as identidades, que vêm como núcleo de resistência a essa homogeneidade de símbolos e culturas.

Ainda aproveitando as reflexões do autor sobre as identidades, convém ressaltar que ele insiste que há, pelo menos, três tipos de manifestações identitárias diferentes, que seriam:

1. a Identidade Legitimadora: entendida como a identidade ligada às instituições dominantes (ao poder);
2. a Identidade de Resistência: é aquela gerada pelos atores sociais que se encontram em posição de desvalorização ou discriminação;
3. a Identidade de Projeto: que é aquela produzida por atores sociais através de materiais sociais a que têm acesso, tendo como objetivo redefinir sua posição na sociedade.

A agricultura familiar e a sua formação de identidade poderia ser encaixada em dois tipos, identificados pelo autor anteriormente mencionado, tanto na identidade de resistência quando enfocamos que a agricultura familiar e no geral o

---

<sup>14</sup> De acordo com Castells (1999, p. 17), o conceito de sociedade em redes seria: [...] a sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e espaço- mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elite dominantes.

meio rural, principalmente no período da Revolução Verde, foi considerado, muitas vezes, atrasado em relação aos centros urbanos, quanto na identidade de projeto, que seria em relação aos agricultores familiares redefinirem seu papel na sociedade, agora, não somente como geradores da produção agrícola, mas como preservadores do meio ambiente.

Colaborando neste sentido, Haesbaert (2009, p. 120) escreve que o território é visto como fruto de uma apropriação simbólica, que se dá principalmente através das identidades, ou como o autor explica: “da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus *espaços vividos*”.

E nesse sentido, da identificação de determinados grupos com seus espaços vividos, que retornamos a proposta dessa tese, que é justamente a apropriação simbólica dos agricultores familiares com as áreas de preservação permanentes, construindo uma identidade ambiental pela presença dessas áreas de preservação e conservação ambiental em suas propriedades, e que pode ser percebido durante a pesquisa empírica desse trabalho.

O meio rural não deve ser mais visto somente como fornecedor de matérias-primas ou na “velha” diferenciação entre o que é urbano e rural, ou atrasado e moderno, e sim que ele, atualmente, é palco de incontáveis transformações, de um conjunto diversificado de atividades e de mercados com potencial para atender as novas demandas da atualidade. Nesse contexto, a agricultura familiar encontra-se como um dos principais atores responsáveis pelo desenvolvimento rural, sendo crescente o reconhecimento do seu papel na sociedade. Ainda em relação ao papel do meio rural e da agricultura familiar, cumpre destacar:

Dentre os diversos impactos que esse renascimento do rural associado à mudança da sociedade na sua percepção da natureza, um dos mais interessantes talvez tenha sido a sua capacidade de induzir ou produzir uma nova conformação institucional e política e de impulsionar mudanças nos espaços de concertação no que se refere às políticas públicas rurais. Se por um lado, um rural de reconhecidas “funções múltiplas” é um elemento de tensão e conflitos, por outro, exige um novo aparato institucional e político capaz de gerenciar os acordos e consensos que devem ser construídos a fim de contorná-los. São grandes os embates que emergem desse quadro. São exigências quanto: a) à definição do que consiste uma natureza relevante ou de um patrimônio digno de ser preservado, b) à aceitação social de tais definições, c) à competência, d) à emergência de novos atores que se localizam em posições diferentes e se confrontam e, e) dos níveis e escalas (local, regional e global) (SOUZA E BRANDENBURG, 2010, p. 6)

O processo de valorização do meio rural, através da natureza existente nas propriedades, ganha, nos dias de hoje, dimensões promissoras na busca pela qualidade e sustentabilidade ambiental, possibilitando a construção de identidades territoriais e relações entre os atores, assim, o desenvolvimento territorial é uma alternativa viável frente às outras concepções de desenvolvimento existentes. Sendo possível, neste sentido, em muitas situações, servirem para um segundo propósito no alcance de vantagens competitivas e novos processos de dinamização das regiões. Corroborando com a ideia, Castells (2010) analisa que as expressões de identidades coletivas são muito poderosas frente à globalização e, assim, são altamente diversificadas, seguem contornos próprios de cada cultura e história, e, neste sentido, incorporam as tendências da sociedade, como os movimentos feministas e o ambientalismo.

Ao propor uma identidade ambiental, estamos pensando, primeiramente, na mudança de paradigma da relação homem *versus* meio ambiente e não apenas a “criação” de territórios com objetivos ao desenvolvimento econômico, pois a sustentabilidade é bem mais complexa do que apenas um fator isolado ou na maximização da utilização dos recursos naturais em prol da economia, é necessário a inclusão dos demais fatores que englobam o paradigma da sustentabilidade. Corroborando com esta ideia, Porto-Gonçalves (2012) escreve que o desafio ambiental coloca-nos diante da necessidade de criarmos novas teorias que priorizem a riqueza e não a escassez.

Identidade e território são construídos em um processo de interesses e valores de atores sociais, em muitos casos, esses interesses serão antagônicos. Ora, a identidade construída e o seu significado são englobados em interesses e valores num dado momento histórico. Assim, Castells (2010), contribuindo para a discussão sobre identidades ambientais, reflete que as comunidades locais têm alimentado as bases de um movimento ambientalista ancorado na preservação ambiental e na sustentabilidade.

Corroborando com a discussão, Froehlich *et al.* (2010) ao refletir sobre a formação das identidades, escrevem que o sentimento de pertencimento dos atores a uma identidade construída e a apropriação do território faz com que os laços de solidariedade sejam estabelecidos. A construção de uma identidade está ligada diretamente à construção simbólica e social de um determinado grupo, que

partilhará um sentimento comum e um reconhecimento partilhado será distinto de outros atores (o não pertencimento).

Ainda citando o autor, podemos referenciar sobre a questão da sustentabilidade, de territórios ambientais e identidades ambientais:

[...] o patrimônio<sup>15</sup> é a materialização dessa memória, uma idealização construída do que deve ou não ser transmitido às gerações futuras por um determinado grupo em um determinado período [...] sendo assim, é por meio da reconstrução e transmissão dos códigos simbólicos que os sujeitos mantêm vínculos com o passado e, conseqüentemente, essa relação passado-presente que permeia a memória coletiva fornece elementos de identificação e reconhecimento dos indivíduos [...] (FROEHLICH *et al.*, 2010, p. 175)

E é justamente o que a sustentabilidade precisa, a construção de identidades ambientais pelos indivíduos, isto é, uma nova relação com a natureza, e que elas sejam transmitidas às futuras gerações como uma construção social que se perpetuará. O meio ambiente, através das áreas de preservação permanente regulamentadas na legislação ambiental, pode ser tomado como um elemento formador e de identificação entre os agricultores familiares, constituindo, assim, um código simbólico comum e compartilhado por essa categoria.

Em conformidade com Castro (2009), a cidadania será conquistada através da lei geral, entretanto, ela será vivida no dia-a-dia do território, nas relações de proximidade, de oferta e acesso aos serviços, tornando, assim, a efetividade da prática social.

Os benefícios ambientais trazidos pela conservação e preservação do meio ambiente são diversos: biodiversidade, paisagem, proteção do solo, regulação hídrica, entre outros, e é neste sentido que propomos a formação de uma identidade voltada ao meio ambiente, uma identidade ambiental para os agricultores familiares, aqueles que serão responsáveis pela sustentabilidade no meio rural.

Neste sentido, devemos considerar uma ponderação feita por Haesbaert (2009, p. 96), ao explicar sobre como nos identificamos: “quando nos identificamos como nova-iorquinos, parisienses [...] nem sempre somos traduzidos em primeiro lugar pelos símbolos que distinguem cada cidade, mas sim pela convivência simultânea, em nós, de diferentes concepções de mundo”. Dessa forma, quando o autor exemplifica as identidades com o reconhecimento de grandes metrópoles,

---

<sup>15</sup> Patrimônio entendido pelos autores como um legado que será transmitido para as futuras gerações.

podemos parafrasear o tema para a agricultura familiar, pois o agricultor ao identificar-se e ser reconhecido como preservador ambiental estará sendo reconhecido como um dos atores principais na concepção da sustentabilidade.

Assim sendo, voltamos a questão central que é justamente a questão ambiental e a sustentabilidade como os elementos formadores da identidade ambiental. De acordo com Froehlich *et al.* (2010, p. 180-181), existem elementos que servirão de referência na formação e reconhecimento das identidades, como os autores expressam: “são esses elementos que servem como referência para a identificação dos atores locais e que podem ser potencializados enquanto recursos ativos para a promoção do desenvolvimento territorial”, ou seja, a sustentabilidade e o meio ambiente.

E, ao pensarmos sobre a sustentabilidade em si e o que a sua noção traz, recorreremos a Leff (2010, p. 31), o qual aponta que a ideia da sustentabilidade deve ser vista como aquele “repensar da produção e dos processos econômicos, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades”. A crise ambiental vivida, atualmente, pela sociedade tem se tornado fator mobilizador de novos atores e de novos interesses sociais que incluem a questão ambiental. Ainda para o autor:

A nova economia está sendo construída pelos novos movimentos sociais indígenas e camponeses, que estão reconhecendo e reinventando suas cosmovisões, suas tradições e suas práticas produtivas, reposicionando suas identidades nesta reconfiguração do mundo.

Ao sugerirmos a criação de uma identidade ambiental para os agricultores familiares, estamos propondo a desconstrução da racionalidade econômica vigente na sociedade para o processo de construção da racionalidade ambiental, que deverá estar baseada nos princípios da sustentabilidade, na legitimação de novos valores e símbolos, novos atores e também incluindo novas políticas públicas que visam à preservação e conservação do meio ambiente.

No próximo capítulo, será apresentado a metodologia que nos permitiu alcançar os objetivos a que esta tese se propôs, ou seja, compreender e identificar a possibilidade da construção de identidades ambientais pelos agricultores familiares a partir da existência e exigência da legislação ambiental em relação as Áreas de Preservação Permanente (APP's), contribuindo dessa forma para o debate sobre as estratégias para a sustentabilidade e para o desenvolvimento da agricultura familiar e do meio rural.

## CAPÍTULO 3 – QUESTÕES RELEVANTES PARA A PESQUISA

No presente capítulo, apresentamos o método que nos auxiliou na compreensão da formação das identidades ambientais construídas pelos agricultores familiares. Para isso, o estudo foi realizado a partir de bases teóricas e metodológicas, legitimando-o academicamente, constituído das análises, percepções e entrevistas com os agricultores familiares dos municípios de Santa Rosa/RS e Novo Machado/RS.

O meio rural não é mais somente visto como significado de produção, ele tem se transformado em um espaço de variadas atividades (multifuncionalidade<sup>16</sup>) baseadas nas mais diversas relações sociais e multiplicidades, o que abre um panorama de possibilidades e de novos desafios para o desenvolvimento rural.

E neste processo de revalorização do rural, existe a possibilidade do desenvolvimento de territórios ambientais, a partir da legislação ambiental, em que os agricultores familiares se identificariam como corresponsáveis pela conservação dos recursos naturais renováveis. Seria mais uma atribuição dada ao meio rural, afinal ele seria o palco da sustentabilidade e da preservação e conservação do meio ambiente.

Veiga (2002, p. 2) corrobora neste sentido ao afirmar:

[...] transição das políticas de proteção aos agricultores para políticas de promoção do desenvolvimento rural nas quais os incentivos econômicos à salubridade alimentar e à conservação ambiental terão cada vez mais preponderância sobre os subsídios à produção e às exportações.

O presente trabalho objetiva investigar a possibilidade que a agricultura familiar teria em construir uma identidade ambiental a partir das normativas

---

<sup>16</sup> Um dos principais estudos sobre a multifuncionalidade encontra-se na obra “O novo rural brasileiro” de Graziano da Silva, onde o termo pode ser compreendido como o conjunto de novos aspectos relacionados à atividade agrícola, que não estão diretamente ligados a produção de alimentos e matérias-primas, tanto atividades agrícolas como não-agrícolas. Assim, o rural adquire novas funções tais como: áreas para moradia da população urbana, lazer, áreas de conservação e preservação ambiental, entre outros, passando assim o rural a incorporar outros elementos que podem ser geradores de empregos e renda para as famílias rurais, conseqüentemente uma refuncionalização do rural. GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte. v. 7, n. 1, mai. 1997.

presentes na legislação ambiental brasileira (essa como um instrumento) quanto à preservação ambiental e também pelo novo paradigma da sustentabilidade. Para que o estudo pudesse alcançar o objetivo a que se propôs, construímos uma base teórica e metodológica, legitimando-o academicamente, constituído das pesquisas bibliográficas, análises, percepções e entrevistas com os agricultores familiares, procedimentos que descreveremos ao longo deste capítulo.

### **3.1 Problema de pesquisa e Objetivos**

#### 3.1.1 Problema de pesquisa

A problemática de pesquisa refere-se à identificação da emergência da construção e afirmação de “novas” identidades territoriais baseadas no movimento ecologista/ambiental, como consequência da preocupação ambiental da sociedade contemporânea, configurando a agricultura familiar como agente e palco de múltiplos territórios. A problemática em questão visa responder a seguinte indagação: a preocupação ambiental e as áreas responsáveis pela conservação do meio ambiente, traduzidas em leis, são passíveis para a construção de uma identidade ambiental, neste caso, para categoria social da agricultura familiar?

#### 3.1.2 Objetivos

##### 3.1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é compreender as construções de identidades ambientais que acontecem através da interação dos agricultores familiares com os recursos naturais renováveis, buscando caracterizar as fases da sustentabilidade, produção e preservação à luz da Legislação Ambiental.

### 3.1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar e avaliar qualitativamente a atuação dos agricultores familiares na aplicação e cumprimento da legislação ambiental brasileira, no que tange as áreas de preservação permanente (APP's).
- Mapear os significados simbólicos verificados nas narrativas dos agricultores familiares quanto ao processo de preservação e conservação ambiental.
- Compreender como emerge a construção da formação de identidade ambiental nas áreas de conservação no interior das propriedades rurais familiares.

## 3.2 Conhecendo as regiões de estudo

Para que possamos compreender as novas construções territoriais e identitárias com sentido ambiental<sup>17</sup>, torna-se necessário que a escolha do local de estudo apresente os fatores mínimos para que tanto o território, quanto a identidade, possam ser formadas, em outras palavras, a região de estudo deve apresentar a incidência da legislação ambiental nas propriedades familiares rurais.

Assim sendo, a escolha do local para o estudo dessa pesquisa foram os municípios de Santa Rosa/RS e Novo Machado/RS, justificando-se a escolha dessas regiões pelos critérios:

1. A presença de rios importantes para ambos os municípios, rio Santo Cristo no município de Santa Rosa, e o rio Uruguai no município de Novo Machado;
2. A incidência do cumprimento da legislação ambiental brasileira no que tange às Áreas de Preservação Permanente (APP's) nas propriedades cujas suas divisas encontram-se localizadas com esses rios;
3. Realizado o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), através do Ministério Público, com os agricultores familiares para que preservassem e mantivessem as APP's em ambos os rios;

---

<sup>17</sup> Lembrando que a questão dos territórios e identidades ambientais está vinculada à noção de sustentabilidade e das normativas presentes na legislação ambiental brasileira.

4. A escolha dos municípios dá-se também pelo fato de que a região de Novo Machado e suas áreas de preservação permanente já se encontram normatizadas aproximadamente 15 anos, contrapondo com as propriedades de Santa Rosa, onde a cobrança da legislação e das áreas ocorreu recentemente a partir do ano de 2008<sup>18</sup>. Esse dado vem a contribuir para a compreensão de um reconhecimento da formação de identidades ambientais, já que podemos imaginar duas hipóteses possíveis e, assim, pré-dividir em duas categorias de análises:
  - a. Novo Machado, por ter tido o processo em anos anteriores, poderia ser categorizada como uma região consolidada na identidade ambiental, ou seja, teríamos a hipótese que, na região, a identidade ambiental já esteja ocorrendo, o discurso por parte dos agricultores já esteja formado;
  - b. e Santa Rosa, pelo seu processo ser recente, poderia ser categorizada como a região em fase de consolidação de uma identidade ambiental, ou seja, a hipótese será que a identidade e o discurso por parte dos agricultores ainda esteja sendo construído.
  
5. Além disso, os municípios encontram-se na mesma região, a região noroeste do Estado, não diferindo de colonização (caboclos, alemães, italianos e poloneses), ou matriz produtiva, conforme pode ser visualizado na figura 2.

---

<sup>18</sup> Para maiores informações pode-se consultar: GODOY, C. M. T. **Agricultura Familiar do Município de Santa Rosa/RS, Entre a Produção e a Legislação Ambiental: Limites e Possibilidades**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.



Figura 2. Localização da região dos municípios. Adaptação própria.

Apresentaremos, primeiramente, alguns dados referentes aos municípios e os rios selecionados para a pesquisa, para, posteriormente, descrevermos a metodologia escolhida, para que a mesma possibilitasse atingir os objetivos propostos nesta tese.

### 3.2.1 Município de Santa Rosa/RS- O berço da soja no Brasil

O município de Santa Rosa/RS encontra-se localizado a uma latitude de 27°52'15" Sul e a uma longitude 54°52'53" Oeste, estando a uma altitude de 277 metros, conforme pode ser visualizado na figura 3. A área total do município é de 489,8 Km<sup>2</sup> e está situado a uma distância de 500 quilômetros da cidade de Porto Alegre/RS. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2009, a população estimada do município é de 66.059 habitantes, desse total de habitantes, aproximadamente 87,7% residem na área urbana e 12,3%, na área rural. A região tem como base produtiva, a soja, o trigo, o milho e a bovinocultura de leite e de corte.



Figura 3. Localização do município de Santa Rosa/RS, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.  
Fonte: Adaptação Própria

No que se refere colonização, a região onde está assentado o município de Santa Rosa/RS foi tardiamente incorporada ao Rio Grande do Sul, pois, primeiramente, foi habitada por índios do grupo tapes, minuanos, charruas e guaranis, em 1626 sofre a influência de jesuítas espanhóis. (SCHAEDLER, sd)

Ainda de acordo com o autor, os jesuítas retornam no ano de 1682, quando fundam os Sete Povos das Missões Orientais, e entre os anos de 1752 a 1757, as tropas espanholas e portuguesas lutaram no sentido de expulsar os jesuítas do território à margem esquerda do Uruguai, em cumprimento do Tratado de Madrid, assinado a 13 de janeiro de 1750, por representantes dos dois países ibéricos, pelo qual a Colônia do Sacramento era trocada pelas Missões Orientais. Os espanhóis dominam a região até o ano de 1801, ano que se expulsam os espanhóis da região, ficando configurado as fronteiras desde então do Estado meridional do Brasil. A Província das Missões passa sucessivamente pelos termos de Porto Alegre, Rio Pardo, Cruz Alta e Santo Ângelo, sendo por Lei provincial n.º 835, de 22 de março de 1873, criado o município de Santo Ângelo, e em 1876 dividiu-se em quatro distritos: Santo Ângelo, desdobrado em dois com esse nome e o outro com o de Santa Rosa.

O distrito de Santa Rosa não possuía características de importância demográfica ou econômica até 1915, ano em que é criada uma Colônia com mesmo nome. Obedecendo a um plano governamental previamente estabelecido, o povoamento também fora previsto, sendo criada a sede provisória, denominada "14 de Julho", que é hoje a cidade e sede do município de Santa Rosa.

Com a agricultura ocupando vastas regiões e a fertilidade do solo permitindo boas colheitas, surge o movimento de emancipação das colônias de Santa Rosa, Boa Vista e Guarani, contando nesse momento com uma população de aproximadamente 35.000 habitantes. Pelo Decreto estadual n.º 4.823, de 1º de julho de 1931 ficava criado o município de Santa Rosa, com sede em 14 de Julho, que também passa a denominar-se Santa Rosa.

No período do governo republicano<sup>19</sup>, a região apresentava grandes latifúndios de pecuária extensiva, ao lado de matas nativas, assim, cada família de imigrante recebeu um lote de terra que correspondia a aproximadamente 25 hectares, as terras foram divididas em pequenas e médias propriedades, para diferentes correntes imigratórias européias, que cultivavam a policultura agropecuária.

Assim, o município por volta do ano de 1915, começa a receber os imigrantes, em um primeiro momento os alemães (em sua maioria) e italianos, e posteriormente, poloneses, ucranianos, húngaros, suíços e portugueses (WIZNIEWSKY, 1990). Ainda constava na população local os nacionais, que, caboclos entrosados e moradores das imediações e municípios vizinhos, acorreram ao florescente núcleo "14 de Julho". Com o tempo, vão chegando elementos de outras procedências, como russos e japoneses.

Após os imigrantes açorianos chegarem ao Rio Grande do Sul, foi a vez dos imigrantes alemães integrarem o ciclo de produção agrícola no Planalto Meridional. A primeira geração de imigrantes sofre uma mudança profunda na sua mentalidade, pelo choque provocado pela paisagem encontrada, pois difere daquela a que eram acostumados: outro clima, solo, vegetação e culturas, além de outras exigências econômicas, que transformam seu tipo de agricultura, sem, porém, atingir a mentalidade profunda de pequenos agricultores e artesãos. Como principal característica cultural, os imigrantes alemães na região nos trazem a pequena

---

<sup>19</sup> O governo republicano corresponde ao período conhecido como República Velha, no período de 1889 a 1930.

propriedade como sistema econômico, e o pequeno artesanato, como origem orgânica da indústria. (RAMBO, 1954)

No que se refere à matriz produtiva desde a década de quarenta (século de XX), ocorrem transformações no setor primário, provocadas pelo desenvolvimento de alguns segmentos produtivos. As principais alterações estavam ligadas à modernização tecnológica e mudanças na produção, tendo como característica mais significativa na agricultura, principalmente nos anos 1960, é a acentuação da lavoura mecanizada. Começa com o arroz no início do século, continuando com a explosão do trigo nos anos 40/50 e prossegue com o *boom* da soja nas décadas de 60/70.

Nos municípios de Santa Rosa, Frederico Westphalen, Três Passos e Palmeiras das Missões (região norte do planalto do Rio Grande do Sul) a policultura foi mantida, embora na década de 60 (século XX) houvesse o domínio da soja, enfraquecido logo após, com a intensificação do trigo e milho e criação de suínos e gado leiteiro. (IBGE, 2012).

O Estado do Rio Grande do Sul foi o berço do desenvolvimento da soja em nível brasileiro, pois já existia no Estado toda uma infraestrutura para a cultura do trigo, tais como: maquinaria, armazenagem, tecnologia de plantio, entre outros, que poderia ser utilizado no cultivo da soja. Outro aspecto que podemos ressaltar é a sucessão com o trigo, já que uma é cultura de inverno e outra é cultura de verão. (WIZNIEWSKY, 1990).

Estudos realizados por Leal (1967) apontam que os primeiros grãos de soja foram semeados no Estado, experimentalmente, no município de Santa Rosa, em outubro de 1921, na Estação de Agricultura, criado pelo Professor Gentil Coelho Leal e pelo técnico rural Floriano Peixoto Machado, na localidade rural da Linha XV de Novembro, sendo, repassadas, no ano de 1924, as sementes aos agricultores que começaram a cultivá-la. Segundo Wizniewsky (1990), após a sua introdução, a soja permanecia sendo utilizada, principalmente, para a alimentação dos suínos e também para fazer café e pão. As primeiras exportações ocorreram somente em 1938, quando o comerciante Francisco Ortmann, do município de Santo Ângelo, exportava aproximadamente três mil sacos de soja em grãos para a Alemanha.

A cultura da soja para o município é de fundamental importância, de tal magnitude que ela foi a referência para a criação da Feira Nacional da Soja (FENASOJA). Um evento de valorização e promoção dos diversos componentes do complexo agroindustrial a ela relacionados, assim, a primeira feira foi realizada em

1966 e, em 2008, foi inaugurado o Memorial da Soja, na Linha XV de Novembro, local escolhido exatamente onde os imigrantes plantaram os primeiros grãos de soja.

Em relação ao rio Santo Cristo/RS, segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA (2010), ele faz parte da Bacia Hidrográfica Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo, conforme figura 4, situa-se a norte-noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, localiza-se na região fisiográfica do Alto Uruguai, estendendo-se, ainda, por uma pequena área das Missões, tendo como limites ao norte e oeste o Rio Uruguai (fronteira com a Argentina); ao sul a bacia do Ijuí-Piratinim-Icamaquã; e ao leste a bacia do Passo Fundo Várzea. Ocupa uma área total de superfície de aproximadamente 8.512,20 km<sup>2</sup>, compreendendo os municípios gaúchos de Horizontina, Ijuí, Porto Xavier, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Cristo e Três de Maio. A bacia é composta pelos Rios Turvo, Guarita, Ogarantin, Buricá, Santa Rosa, Santo Cristo, Amandaú e Comandaí, e seu uso destina-se principalmente para a dessedentação animal, abastecimento humano e irrigação das propriedades.

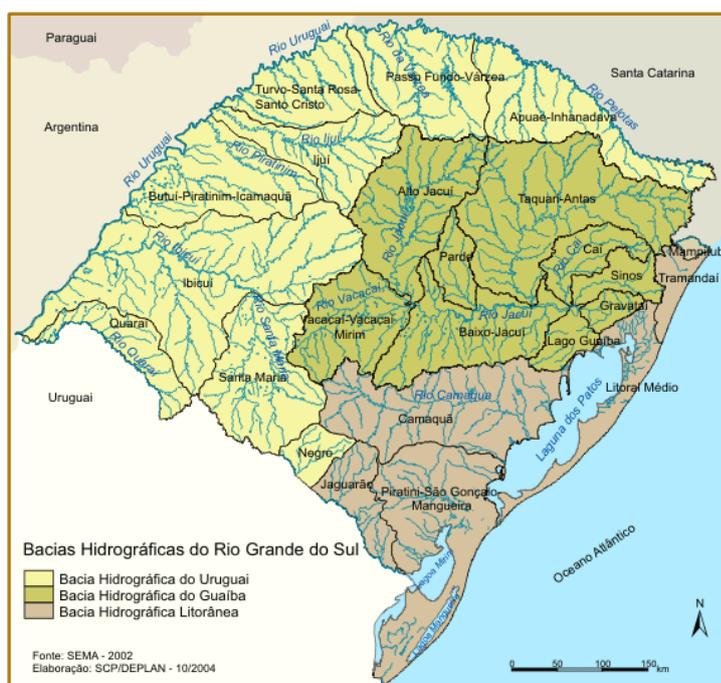


Figura 4. Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul, destacando a Bacia Hidrográfica Turvo/ Santa Rosa/ Santo Cristo.

Fonte: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=547>

As propriedades com divisa no rio Santo Cristo, no final do ano de 2008, sofreram fiscalização da 4ª Companhia de Policiamento Ambiental (PATRAN) e foram notificadas pelo Ministério Público da Comarca de Santa Rosa/RS (MP), no que tange às Áreas de Preservação Permanente (mata ciliar) e a sua recuperação e o isolamento das referidas áreas. É importante salientar também que o rio Santo Cristo é um dos rios que a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) utiliza na captação de água que abastece a população urbana e rural do município, ainda, devemos ressaltar que o rio tem um de seus percursos cruzando o centro urbano de Santa Rosa/RS.

As propriedades que foram fiscalizadas e que não possuíam a mata ciliar e/ou cercamento das áreas estabelecidas como APP's foram multadas pela Patrulha Ambiental e instaurados processos no Ministério Público contra elas. Para aqueles agricultores familiares interessados em recuperar as áreas e cumprir o estipulado pela legislação foi realizado um acordo com a promotoria, firmando, juntamente com o Ministério Público, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O TAC, o qual, segundo Antunes (2001), tem natureza jurídica e é uma espécie de transação entre o órgão público e o interessado, sendo que este compromete-se a cumprir as normas legais que não vinham sendo observadas.

### 3.2.2 Município de Novo Machado/RS- Pertencente a “Grande Santa Rosa”

O município de Novo Machado/RS encontra-se localizado a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Alto Uruguai, pertencendo à região da Grande Santa Rosa, conforme visualizado na figura 5, tendo como divisas os municípios de Tucunduva, Tuparendi, Porto Mauá e Doutor Mauricio Cardoso, além da fronteira com outro país, a Argentina. A criação do município foi realizada pela Lei n.º 9.555, de 20 de março de 1992, tendo Tucunduva/RS como município de origem.

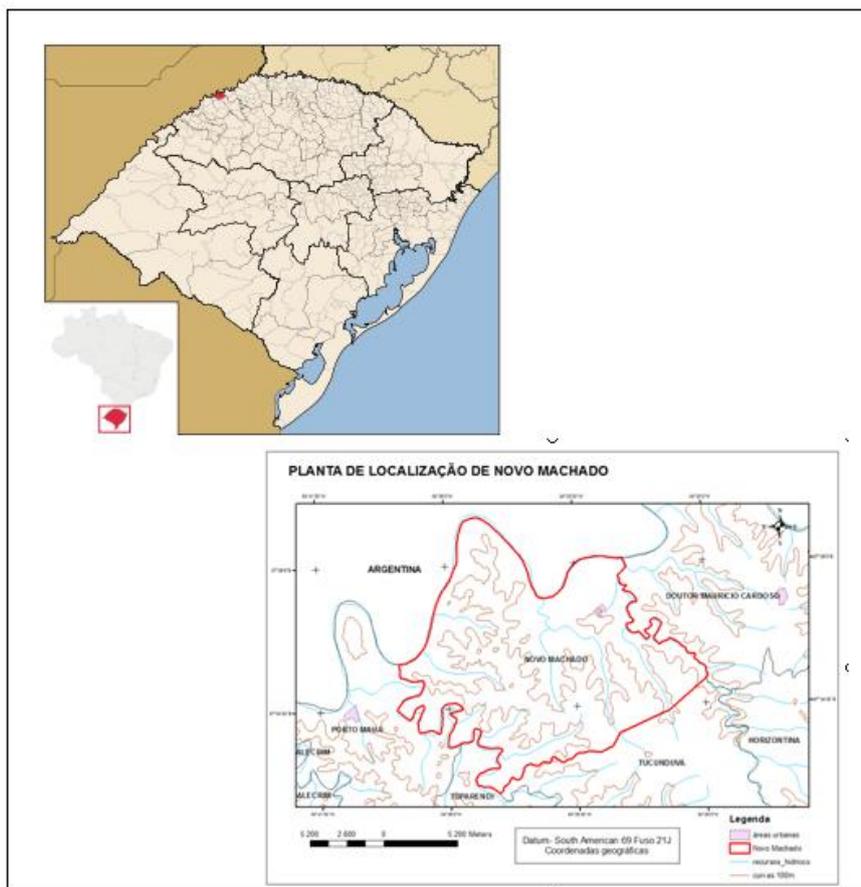


Figura 5. Localização do município de Novo Machado/RS. Na ilustração acima, o estado do Rio Grande do Sul e sua localização no Brasil. Adaptação própria.

De acordo com o IBGE (2010), o município possui uma área total de aproximadamente 218,67 Km<sup>2</sup>, apresentando uma população de 3.925 habitantes, desses, 2.372 habitantes encontram-se no meio rural (equivalente a 60% da população) e 1.553 são residentes no meio urbano (40% da população), ou seja, a configuração da população do município ainda tem características rurais.

Entretanto, através da análise dos sistemas agrários do município, realizado pela disciplina de Planejamento e Gestão de Projetos em Desenvolvimento Rural do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, no mês de outubro de 2011, foi diagnosticado que a população do município encontra-se em declínio, principalmente a população que reside no meio rural, que desde então tem sofrido uma redução significativa, pois eles estão saindo para os centros urbanos maiores, pois a população urbana está praticamente estável. O principal motivo que pode ser percebido durante a análise para esse deslocamento, seria o envelhecimento da população e a pouca permanência dos jovens nas propriedades, ou seja, a população que permanece no campo se tornou idosa,

necessitando de acesso aos serviços de saúde, obrigando-os a procurar os centros urbanos para ter atendimento e qualidade de vida nesta etapa da vida. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2011)

Ainda segundo a FEE (2010), na caracterização socioeconômica apresentada nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento/COREDES, o município tem como matriz produtiva, a produção de grãos: soja, milho e trigo, e encontra-se inserido na maior bacia leiteira do Estado, além da produção e industrialização de suínos.

Em relação ao rio Uruguai, segundo a Agência Nacional de Águas/ANA (2013), a bacia hidrográfica do Uruguai é uma das mais importantes para o país, por suas funções nas atividades agroindustriais desenvolvidas ali e pelo seu potencial hidrelétrico. O rio Uruguai possui 2.200 quilômetros de extensão e divide os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; em função das suas características hidrológicas, ele foi dividido em 13 unidades, sendo quatro pertencentes ao estado de Santa Catarina e nove ao Rio Grande do Sul, sendo as principais unidades encontradas em Chapecó, Canoas, Ibicuí e Turvo<sup>20</sup>, como pode ser observado na figura 6.

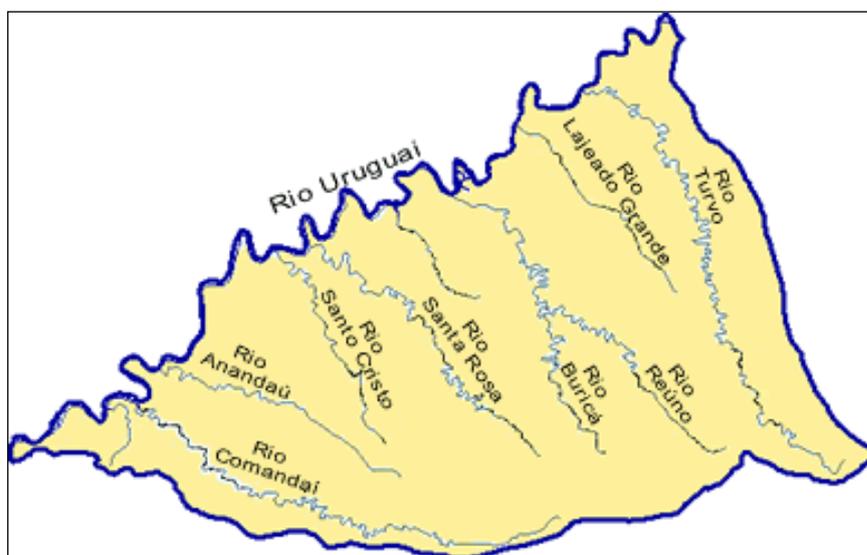


Figura 6. Bacia Hidrográfica do Uruguai.  
Fonte: Prefeitura de Novo Machado (2005)

<sup>20</sup> A Bacia Hidrográfica Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo, como já citada anteriormente, pertence a uma bacia maior que seria formada pelo Rio Uruguai.

Ainda de acordo com a ANA, a mata ciliar presente, ao longo do rio, encontra-se em grande parte desmatada, principalmente em consequência da expansão agrícola nos estados, pelas lavouras de arroz irrigado, soja e trigo, bem como nas áreas de vales pela criação de suínos e aves. Entretanto, na região do município de Novo Machado, as propriedades que possuem divisas com o rio Uruguai encontram-se com as áreas de preservação permanente sendo cumpridas, o que pode ser visualizado *in loco*, pois, em muitas das APP's, existem placas anunciando que o município possui essas áreas conservadas e preservadas.

### 3.3 Procedimentos metodológicos

Optamos por utilizar o pluralismo de técnicas e métodos, por compreender que a utilização combinada permite um enriquecimento das interpretações, possibilitando uma visão mais abrangente da problemática proposta no presente estudo. Ao combinar técnicas qualitativas e quantitativas, a pesquisa torna-se mais ampliada, minimizando, assim, os problemas do uso isolado que uma das técnicas teria, além de complementar o olhar do pesquisador com um contexto em que o fenômeno da pesquisa acontece.

Os métodos quantitativos e qualitativos, de acordo com Grubits e Noriega (2004), devem ser vistos como metodologias complementares e não opostas, pois os resultados e as conclusões das pesquisas complementam-se com a finalidade de apreendermos a realidade estudada. Os autores advertem que ambas as metodologias, seja qualitativa ou quantitativa, possuem um conjunto de elementos, propósitos e recursos metodológicos próprios.

Ainda neste sentido, Olabuénaga (1999, p. 17-111), ao abordar o pluralismo de metodologias, traz reflexões sobre o tema, como segue:

La metodología cualitativa es tan válida como la cuantitativa y su diferencia estriba en la diferente utilidad y capacidad heurística que poseen, lo que les hace recomendables en casos y situaciones distintas [...] la metodología cualitativa no es incompatible con la cuantitativa, lo que obliga a una reconciliación entre ambas y recomienda su combinación en aquellos casos y para aquellos aspectos metodológicos que la reclamen. Esta combinación recibe el nombre de triangulación y es utilizada cada vez con mayor

insistencia. [...] La triangulación, en realidad, se utiliza cuando se aplican varias “técnicas” para un solo propósito o trabajo.

Segundo Oliveira (1997), a pesquisa quantitativa é utilizada nas pesquisas descritivas, em que se procura descobrir e classificar quais as relações entre as variáveis e na investigação da relação de causa e efeito entre os fenômenos. O método pode ser empregado em diversas pesquisas, uma vez que ele garante a precisão dos resultados, evitando que ocorram distorções de análises e interpretações.

No presente estudo, utilizamos o método quantitativo como aporte ao levantamento de dados primários e secundários para a seleção das áreas a serem pesquisadas nos municípios. A escolha das propriedades rurais familiares estudadas nesta pesquisa se deu a partir de informações coletadas com os órgãos ambientais, Prefeituras Municipais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER, além da utilização do aporte teórico sobre a temática.

As propriedades familiares escolhidas foram aquelas onde houve a cobrança para o cumprimento das áreas de preservação permanentes, a escolha se deu com intuito de que as realidades estudadas contivessem os condicionantes permissíveis para averiguar as condições de preservação do meio ambiente: se está sendo realizada somente pela imposição normativa da Lei, sem nenhuma construção de identidade territorial; ou, apesar da exigência da Lei, existe o reconhecimento de pertencimento, a construção de uma identidade baseada na temática ambiental.

Para compreensão da subjetividade das relações sociais e das construções simbólicas para a formação das identidades, optamos por utilizar a metodologia qualitativa. A escolha acontece por entender que tal metodologia dará suporte para compreensão necessária da subjetividade proposta na pesquisa. Na metodologia qualitativa, os pesquisadores estudam a realidade no seu contexto real ou natural, tentando interpretar e compreender os fenômenos e os significados para os indivíduos envolvidos no contexto.

Neste sentido, Minayo (1994) afirma que a metodologia qualitativa satisfaz ao dinamismo da vida individual e coletiva, podendo, assim, abarcar toda a diversidade e riqueza de significados que a realidade permite observar. De acordo com Gómez *et al.* (1996), a metodologia qualitativa possui uma grande diversidade de enfoques e correntes de investigação, dispondo de diversas formas de reconhecimento e

análises dos materiais empíricos, incluindo a entrevista qualitativa, a observação e as experiências pessoais.

Entre as várias estratégias existentes na metodologia qualitativa, compreendemos que o método etnográfico possibilita um melhor posicionamento do olhar sobre os sujeitos da pesquisa, percebendo os fatores sociais partindo das compreensões e entendimentos dos agricultores familiares. A etnografia deve ser entendida como o método de investigação no qual se apreende o modo de vida de um núcleo social.

A metodologia da etnografia foi detalhada por Gómez *et al.* (1996), onde para os autores a etnografia deve ser entendida como aquele método de investigação que se apreende o modo de vida de uma determinada unidade social. É através dela que se consegue reconstruir interpretativamente a cultura, as formas de vida e as estruturas sociais, ou seja, o modo de vida do grupo que se pretende compreender. Ainda, quando se utiliza a etnografia, estamos tentando construir um esquema teórico que reconheça e responda o mais fiel possível quais são as percepções, ações e normas que fazem parte daquele grupo social e como os seus componentes interagem entre si, dessa forma, que se pode compreender.

As técnicas empregadas e os instrumentos de coleta de informações que a metodologia etnográfica engloba são: a observação participante, o trabalho de campo e a entrevista semiestruturada, além de fotografias e filmagens, assim, as técnicas empregadas na pesquisa foram feitas de acordo com a necessidade de reconhecer e ampliar as informações sobre a construção da identidade baseada na questão ambiental. Desse modo, estrutura-se uma tentativa de construção de um esquema que consiga reconhecer e responder o mais fiel possível as percepções, realidade e ações de um grupo social.

Ainda pode-se referenciar sobre a importância da pesquisa baseada na etnografia, que, segundo Vendruscolo (2009, p.69):

A etnografia tem a capacidade de reinterpretar e transmitir diversas formas de comportamento social através da “observação participante”, ou seja, por meio da convivência e da capacidade do pesquisador de entender os acontecimentos. Assim, a etnografia é baseada no convívio com o objeto estudado, pois, pela observação participante, pode-se perceber significados que somente com as entrevistas não seriam percebidos.

Para Olabuénaga (1999, p. 125; 127), a observação pode ser considerada como o processo que contempla, de forma sistemática e cuidadosa, o desenvolvimento da vida social, sem manipular ou alterar, tal como ela desenrola-se nas suas relações. Ainda, neste sentido, o autor ressalta:

Lá obstinación establece una comunicación deliberada entre el observador y el fenómeno observado. Comunicación que, normalmente, procede a nivel no verbal, en la el investigador-observador está alerta a las claves que va captando y, a través de ellas, interpreta lo que ocurre, obteniendo así un conocimiento más sistemático, profundo e completo de la realidad que observa [...] la observación prima la naturalidad y la inmediatez (con toda su complejidad) sobre la claridad y manipulación (con toda su artificialidad simplificadora).

Conforme Fujisawa (2000), a entrevista semiestruturada é uma das técnicas mais utilizadas na pesquisa qualitativa. Guiada por um roteiro de questões, permite ao pesquisador a ampliação e flexibilização dos questionamentos à medida que as informações vão sendo originadas pelo entrevistado. Contribui, dessa forma, para um olhar mais abrangente das percepções e conhecimentos dos pesquisados, enriquecendo a pesquisa com detalhes.

Ainda neste sentido, devemos considerar o entrevistado/informante como indivíduo que possui um conhecimento cultural próprio e que o pesquisador não deve predefinir as respostas aos questionamentos realizados. A entrevista deve ser feita de forma que se promova a comunicação do conhecimento do entrevistado da forma mais natural possível. (SPINDLER e SPINDLER ,1992, apud GOMÉZ *et al.* 1996)

Assim, para a elaboração desta tese dividimos o método empregado em três fases, conforme esquema apresentado na figura 6, baseada na metodologia utilizada por Nogué *et al.* (2010) para catalogar a paisagem da região da Catalunya/Espanha. As fases propostas, foram:

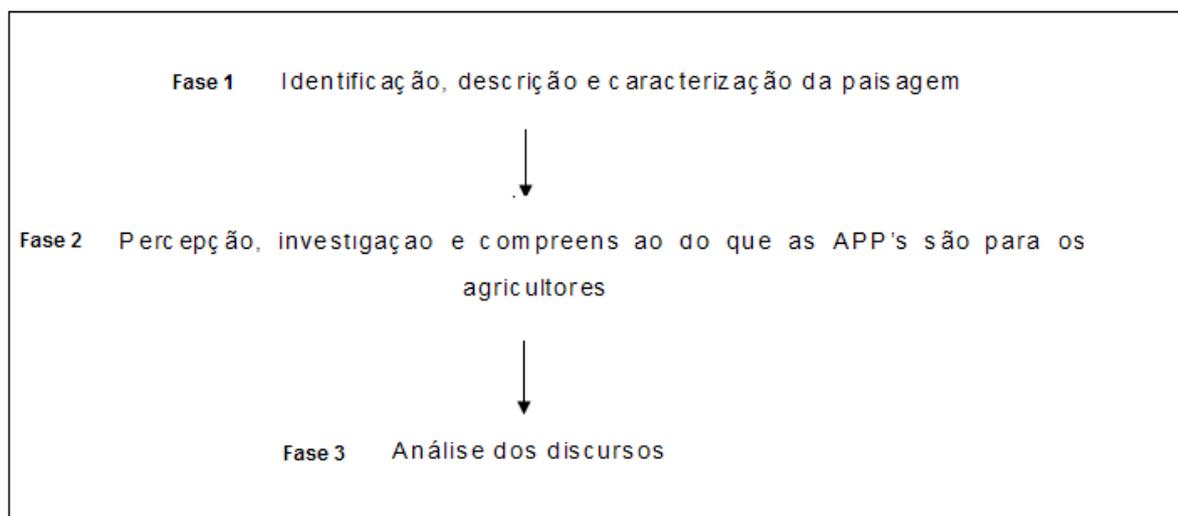


Figura 7. Esquema das fases da pesquisa. Adaptação Nogueira *et al.* (2010)

## Fase 1

A primeira fase constou da análise dos elementos naturais e culturais de cada município estudado, através do resgate documental de como foi o processo de normatização das áreas de APP's nas propriedades familiares recorrendo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Emater, as Prefeituras, Promotoria Pública, PATRAN e à memória dos próprios agricultores familiares, colaborando assim na compreensão das relações existentes e da formação da paisagem local.

Assim, a população alvo deste estudo, como já comentado anteriormente, foram os agricultores familiares dos municípios enquadrados. De acordo com a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que no seu artigo terceiro dispõe sobre a agricultura familiar:

Art. 3º: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda, nesta fase com ajuda de mapas e dos representantes das Prefeituras dos municípios estudados e dos extensionistas da Emater do município de Novo

Machado/RS foram escolhidas as propriedades para a aplicação da fase 2, considerado para esse momento uma amostragem de propriedades que abrangessem ao longo do curso dos rios estudados, sem concentrar as amostras em determinada localidade ou região.

## **Fase 2**

A segunda fase correspondeu à aplicação de uma metodologia que nos permitiu compreender as percepções dos agricultores familiares sobre a questão ambiental e a sustentabilidade. A técnica escolhida foi a entrevista semiestruturada com os agricultores, por entender que favorece o surgimento de opiniões bastante representativas e diversas percepções sobre o tema, o que ajuda na compreensão sobre os valores e símbolos de determinado grupo social.

A entrevista tem como objetivos: a conexão das opiniões dos entrevistados sobre as problemáticas envolvidas na pesquisa, os valores e as características da paisagem encontrada; além disso, reconhecer a percepção dos atores sobre as áreas de proteção; detectar os discursos mais significativos sobre a territorialidade e a identidade ambiental, e obter informações sobre os valores que dificilmente seriam identificados por outras metodologias. (NOGUÉ *et al.*, 2010)

Desenvolvemos o uso das entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro previamente delimitado, com perguntas abertas, conforme anexo 1 (um), o que permitiu aos atores entrevistados responderem livremente, dando-lhes espaço para expressarem e colocarem as próprias percepções e conhecimentos sobre as várias concepções: quais as percepções dos agricultores quanto às áreas de preservação permanente, quais os limites encontrados para a consolidação das APP's, a questão da sustentabilidade e da questão ambiental, o conhecimento sobre a legislação ambiental, entre outros, enriquecendo, dessa forma, a investigação e proporcionando mapear a questão de territórios e as formações de identidades ambientais. As entrevistas foram realizadas no período do mês de novembro do ano de 2013, por atender a necessidade de um período que não houvesse plantio/colheita ou eventos por parte dos agricultores, e que esses pudessem responder calmamente a entrevista sem atrapalhar suas rotinas.

A seleção do número de proprietários entrevistados não foi pautada em algum estilo de delineamento estatístico, e sim foram escolhidos 10 agricultores familiares residentes em cada rio, totalizando 20 entrevistas, cabe salientar que a escolha das propriedades foi condicionada àquelas que possuíam divisa com os rios escolhidos, conseqüentemente existindo a existência da normativa das APP's. Justifica-se também o número de 10 propriedades entrevistadas pela condição do êxodo rural da população idosa que está acontecendo no município de Novo Machado, ficando muitas propriedades para arrendamento ou venda, dificultando encontrar ao longo do rio Uruguai mais propriedades para serem entrevistadas.

As propriedades familiares visitadas no município de Novo Machado no que tange ao tamanho, a maioria delas apresentam em média 09 (nove) hectares, sendo a menor propriedade com 3,5 (três e meio) hectares e a maior com 20 (vinte) hectares. A produção das propriedades baseia-se principalmente na pecuária leiteira, no fumo e na produção de grãos. Ainda, em relação as propriedades visitadas a faixa etária predominante dos agricultores entrevistados foi de 50 (cinquenta) anos, sendo a escolaridade média o quinto ano do ensino básico.

Já para as propriedades visitadas no Município de Santa Rosa no que se refere ao tamanho das propriedades, a maioria apresentam em média 10 (dez) hectares, sendo a menor propriedade com 05 (cinco) hectares e a maior com 05 hectares, tendo um aumento no número de hectares em relação ao município de Novo Machado. A produção das propriedades visitadas encontra-se baseada principalmente na pecuária leiteira e na produção de grãos. E em relação a faixa etária dos entrevistados e sua escolaridade média, os resultados foram parecidos com os encontrados em Novo Machado, ou seja, idade média de 50 (cinquenta) anos e a escolaridade até o quinto ano do ensino básico.

Com essas informações gerais sobre as propriedades, bem como as respostas obtidas pelos agricultores familiares sobre as suas percepções iniciamos a fase 3 da metodologia, exposta no item a seguir.

### **Fase 3**

É composta pela análise das entrevistas e reflexões acerca da legislação ambiental, meio ambiente e a formação das identidades ambientais, dialogando também com a literatura sobre o tema, sendo apresentado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES AMBIENTAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO TERRITÓRIO**

Nos dias atuais um dos temas mais comentados e presentes nas políticas públicas, discursos e outros, com certeza é a noção da sustentabilidade, principalmente um de seus elementos formadores, que é a questão ambiental<sup>21</sup>. Entretanto, para que a sociedade atual consiga alcançar a sustentabilidade é necessário que se amplie os estudos e reflexões sobre a complexidade de ações e pensamentos que a noção sustentável abarca, em outras palavras, a sociedade terá que reinventar seu mundo e suas ideias para que possa assim alcançar a desejada equidade dos elementos formadores da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

E é com esse pensamento que esse capítulo foi construído, através das percepções dos agricultores familiares quanto à preservação e conservação ambiental e a presença das áreas de preservação permanente, que refletiremos a possível criação das identidades ambientais tendo como finalidade contribuir para a discussão da sustentabilidade e do desenvolvimento rural sustentável.

Para uma melhor compreensão optamos por comparar as experiências dos municípios em relação à cobrança da legislação ambiental, sistematizando dessa forma as percepções e considerações sobre a formação das identidades ambientais, no que se refere ao papel do agricultor familiar na construção de uma sociedade sustentável.

### **4.1 Os (des) caminhos<sup>22</sup> para a sustentabilidade**

Em relação ao meio ambiente devemos primeiramente pensar que a problemática que envolve a questão ambiental não deve ser vista de forma simplista,

---

<sup>21</sup> Existem alguns estudos críticos que apontam que a noção da sustentabilidade vêm sendo tratada apenas pela ótica econômica e/ou ambiental, excluindo do conceito o elemento social do termo.

<sup>22</sup> Parafrazeando termo utilizado no título da obra do autor Porto-Gonçalves, tendo como referência: GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) Caminhos do meio Ambiente**. 11 ed. São Paulo. Contexto, 2004.

ao contrário, a relação homem *versus* natureza implica questões muito mais complexas. Para o autor Porto-Gonçalves (2004, p. 22) a questão ambiental implicará em outros valores, o que conseqüentemente implica em um outro conceito de natureza, uma outra forma de relacionamento entre os seres vivos, as formas inorgânicas e também entre os próprios homens.

Assim ao refletirmos sobre “novos” valores e a “outra” forma de relacionamento com o meio ambiente nos direcionamos a algumas perguntas pertinentes para compreender como alcançar a tão sonhada sociedade sustentável. Dentre esses questionamentos para a mudança de uma sociedade insustentável para uma sustentável temos o papel da informação para auxiliar nessa transformação.

Quando falamos em informação estamos nos referindo a mais simples ideia que o conceito traz, isto é, para que possamos mudar a forma de pensarmos ou relacionarmos com o que está ao nosso redor, é preciso termos acesso as notícias, aos estudos, aos dados e as pesquisas, enfim, a vários elementos que possam contribuir para a construção do conhecimento sobre tal tema, para que assim, possamos pensar de forma crítica, compreender e converter as crenças e a forma de pensar e agir.

Contribuindo com essa noção Barreto (1994) traz que a informação é o instrumento modificador da consciência e da sociedade, pois uma vez que a informação é assimilada de forma correta irá permitir a construção do conhecimento, modificando assim a bagagem mental de informações dos indivíduos, contribuindo para seu crescimento e para a sociedade onde este pertence. Ainda em relação ao tema o autor aponta que a informação deve ser aquele agente mediador na produção do conhecimento.

O ter acesso à informação para a construção crítica do conhecimento em nossa opinião, torna-se um dos primeiros pilares para a desmistificação do domínio da natureza pelo homem. Assim:

A questão ambiental é, assim, mais que um campo interdisciplinar, pois nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas. Ela requer um campo de comunicação intersubjetiva não viciado e não manipulado para que a região comunicativa possa se dar efetivamente. [...] A complexidade da questão ambiental decorre do fato de ela se inscrever na interface da sociedade com o seu-outro, a natureza. A dificuldade em lidar com ela, nos marcos do pensamento herdado, é evidente: no mundo

ocidental, natureza e sociedade são termos que se excluem. As ciências da natureza e as do homem vivem dois mundos à parte e, pior, sem comunicação. (PORTO-GONÇÁVES, 2004, p. 139-140)

Neste sentido, da informação como mediadora do conhecimento voltamos à questão da legislação ambiental brasileira e o que os agricultores conhecem sobre a mesma, pois, partimos do princípio que ao conhecer o porquê das áreas de proteção a relação agricultor possa ser de uma aproximação com a natureza e essa não vista mais como algo maléfico à produção ou para ser dominada.

Corroborando sobre o assunto Leff (2010) escreve que há diversas experiências descritas na literatura de lutas sociais de reapropriação cultural da natureza, como o caso dos seringueiros no Brasil que avançou para um novo modelo de produção e, conseqüentemente, de racionalidade produtiva, demonstrando, assim, que é possível viver bem e sobreviver em harmonia com a natureza.

Vernier (1994) analisa que a crise ambiental e seus impasses têm sugerido um conjunto de caminhos, que quando articulados podem gerar respostas a problemática ambiental, tais como: estabelecimento de normativas e leis; mobilização dos indivíduos; estímulos tanto econômicos quanto fiscais; de uma educação voltada para o meio ambiente; contribuição das pesquisas científicas e políticas públicas.

No trabalho realizado por Godoy (2011), foi constatado o desconhecimento pela maioria dos agricultores familiares do município de Santa Rosa/RS quanto às normativas e as terminologias presentes no Código Florestal Brasileiro lei n.º 4.771 de 15 de setembro de 1965<sup>23</sup>, bem como o desconhecimento quanto a discussão sobre a nova legislação ambiental. Ainda em relação aos resultados encontrados nesta pesquisa, os agricultores que conheciam as metragens das áreas APP's eram aqueles que haviam sofrido fiscalização e penalização por não terem os 30 metros de APP's exigidos pela lei.

Dessa forma, considerando esses resultados acrescentamos nas entrevistas a pergunta sobre o novo Código Florestal e se os agricultores familiares estavam informados sobre as novas normativas constantes na Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, já que esta encontrasse em vigor desde a época da pesquisa da tese.

---

<sup>23</sup> Código Florestal que se encontrava vigente na época.

Entretanto, antes da discussão do resultado encontrado se faz necessário explicar quais as diferenças encontradas entre o Código Florestal de 1965 e o de 2012, no que tange as áreas de preservação permanente em torno dos rios ou qualquer curso d'água. Basicamente o que o novo Código Florestal traz em suas normativas é diferenciação de valores de preservação das áreas protegidas<sup>24</sup> entre as propriedades de até 04 módulos fiscais (ou seja, a agricultura familiar) daquelas com mais de 04 módulos fiscais, o que no Código Florestal de 1965 eram valores padronizados independente do tamanho da propriedade rural, como pode ser visualizado no quadro 1. Ainda, o novo Código Florestal inclui as áreas de APP's para os centros urbanos, o que antes era somente aplicado às propriedades rurais.

Sendo assim, a nova lei é um avanço para o reconhecimento da heterogeneidade do meio rural (quanto ao tamanho das propriedades), para a inclusão da preservação para as propriedades urbanas e para a importância das propriedades rurais familiares no desenvolvimento do país.

Dessa forma, quando perguntamos sobre o conhecimento das novas normativas do Código Florestal aprovado em 2012, obtivemos no município de Santa Rosa/RS que 06 (seis) agricultores familiares comentaram que conheciam sobre a nova lei, principalmente por informações transmitidas através do rádio ou de alguma reunião com o sindicato de qual fazem parte, e 04 (quatro) desconheciam sobre qualquer debate sobre a nova legislação.

Contraopondo com as respostas obtidas no município de Novo Machado/RS, apenas 03 (três) agricultores conheciam sobre a nova legislação e também tinham obtido essas informações através de rádio ou da televisão pelo canal rural; 01 (um) agricultor respondeu que havia escutado sobre a lei através dos canais de comunicações (rádio e televisão), porém, não havia compreendido bem sobre o que a nova legislação normatizava; e, 06 (seis) destes agricultores desconheciam sobre as novas normativas e até mesmo que um novo Código Florestal havia sido aprovado.

---

<sup>24</sup> O presente estudo tem focado na questão as APP's ao longo dos rios e cursos d'água, justificando dessa forma, o porquê não contextualizamos o restante das normativas presentes no Código Florestal Brasileiro.

Quadro 1 – Diferenças entre o Código Florestal do ano de 1965 e o do ano de 2012.

<b>Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965</b>	<b>Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012</b>
<p>Áreas de preservação permanente:</p> <p>a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:</p> <p>1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;</p> <p>2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;</p> <p>3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;</p> <p>4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;</p> <p>5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;</p> <p>Independente da área da propriedade rural.</p>	<p>Áreas de preservação permanente:</p> <p>a) Até 1 módulo fiscal: 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;</p> <p>b) De 1 a 2 módulos fiscais: Em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular, independente da largura do curso d'água;</p> <p>c) &gt; ou = 2 Módulos Fiscais até 4 Módulos Fiscais: Em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;</p> <p>d) &gt; 4 Módulos Fiscais até 10 módulos fiscais: Em 20 (vinte) metros, contados da borda da calha do leito regular nos cursos d'água com até 10 (dez) metros de largura;</p> <p>e) nos demais casos, em extensão correspondente à metade da largura do curso d'água, observado o mínimo de 30 (trinta) e o máximo de 100 (cem) metros, contados da borda da calha do leito regular.</p>

Quando perguntado para os agricultores familiares de Santa Rosa/RS se as leis ambientais são suficientes para a proteção ambiental obtivemos que para 08 (oito) destes agricultores a lei não é suficiente para a preservação e conservação, e 02 (dois) não responderam a questão. E é principalmente nas falas onde essa percepção pode ser observada, assim:

*“Se não tivesse a lei, não teria a proteção [...] se não tivesse a lei não teria protegido”. Agricultor 2*

*“Faz diferença a existência, pois sem a lei iriam plantar até o barranco”. Agricultor 5*

*“Só a lei não faz, não é suficiente para preservar [...] se o bicho homem não concordar não faz”. Agricultor 7*

*“Não, porque o pessoal tem que se conscientizar, as pessoas não respeitam as árvores”. Agricultor 8*

*“Acho que não, vai da consciência. Plantam até dentro do rio, o povo tem que se ajudar também”. Agricultor 9*

Já analisando os discursos obtidos no município de Novo Machado/RS, 05 (cinco) agricultores responderam que somente a lei não é suficiente para garantir a preservação e conservação ambiental, nesse caso o rio; para 01 (um) agricultor a lei é suficiente; e 04 (quatro) não responderam a pergunta. Observando algumas falas:

*“Não basta, de um todo não, teria que fazer muito mais [...] a cidade poluí muito mais [...] tem que ter muito mais”. Esposa*

*“Quem fura a lei é o pessoal da cidade [...] tem que vir da cabeça de cada um. A proteção envolve muita coisa, tem gente em roda, tem que ter um estudo completo”. Marido - Agricultor 1*

*“Tem que botar lei, o povo não respeita [...] se não tivesse lei eu tiraria e ia aproveitar para plantar, plantava até a beirada”. Agricultor 8*

*“O ser humano é maior destruidor”. Agricultor 9*

*“Com a lei já difícil [...] tem que ter consciência, cada um fazer a sua parte”. Agricultor 10 – referindo-se que apesar da existência da lei ainda é difícil que as pessoas cumpram e preservem/conservem.*

Quando trabalhamos com a questão da aplicação da legislação ambiental lê-se muito sobre os problemas referentes às exigências e as punições que são geradas e real necessidade da existência dessas para garantir a preservação ambiental. Assim, o que podemos perceber nas falas dos indivíduos, onde a lei tem sua aplicação máxima e direta, é que a presença dessa legislação garante a

preservação e a conservação ao longo dos rios, e que sem a existência da lei que assegure essas áreas, muitos não preservariam, o que fica claro em alguns discursos vistos acima, em que afirmam que sem a lei não fariam nenhuma área de preservação ou conservação, utilizando essas áreas para a produção.

O que vem de encontro com o pensamento da sociedade atual capitalista, onde a natureza é vista como um recurso e o capital como o fim dos meios. Ao recorrermos para Porto-Gonçalves (2004) o autor colabora ao dizer que os marcos do pensamento herdado direciona-se no sentido de que natureza e sociedade são termos que se excluem, homem e meio ambiente estão em dois mundos à parte e sem comunicação.

Considerando a legislação ambiental como estratégia de conservação e preservação ambiental, no que tange as áreas de proteção ao longo dos rios, podemos aferir que a lei consegue assegurar a preservação onde tem suas normativas aplicadas, o que pode ser notado na figura 8, que demonstra as margens de uma das propriedades no Rio Uruguai antes e depois da cobrança das APP's.

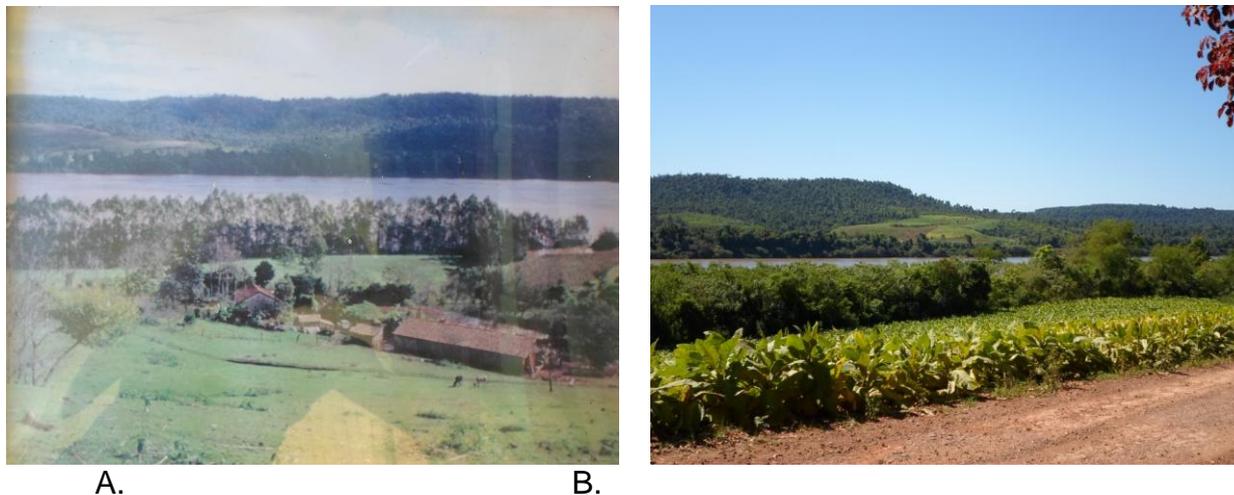


Figura 8. Vista do Rio Uruguai e da APP. Fotos da mesma vista de uma das propriedades visitadas, sendo a foto A do ano de 1986, ou seja, antes da cobrança das áreas de preservação permanente; e a foto B do ano de 2013, já com as áreas de APP's exigidas. Pode-se perceber uma maior vegetação ao longo da margem, entretanto, bem aquém da metragem que a legislação exige.

Novembro de 2013.

Porém, ao pensarmos a questão da legislação somente sendo imposta recorreremos ao erro fatídico de não criar laços ou entendimento sobre a questão ambiental, o que resultará na falha da mudança para um sistema voltado para sustentabilidade.

Nesse sentido, analisando as falas dos agricultores podemos observar a necessidade da formação de uma “consciência” por parte das pessoas visando garantir à preservação ambiental. Em vista disso, uma das perguntas presentes nas entrevistas era justamente se as pessoas do meio urbano reconheciam os agricultores como preservadores do meio ambiente ou que estes possuíam em suas propriedades áreas destinadas a preservação ambiental.

O que pode ser notado através das respostas obtidas pelos agricultores do município de Santa Rosa, é que o meio urbano não está totalmente envolvido com a questão ambiental ou a própria noção de sustentabilidade. Em relato os agricultores afirmam que um dos maiores desafios encontrados por estes na manutenção das APP's está justamente na incompreensão do meio urbano com essas áreas, pois estes acreditam e muitas vezes culpam os agricultores de dificultarem o acesso ao rio pelas áreas de proteção, ou ainda, desmatam as áreas cuidadas pelos agricultores. Como pode ser percebido através das falas e na figura 9:

*“Antes os urbanos iam no rio usar, agora não podem mais, ficavam brabos porque não tinham mais acesso”.* Agricultor 1

*“No rio o urbano fica brabo porque não dá para entrar”.* Agricultor 2

*“Problema com o pessoal da cidade que querem usar [...] vizinhos até chamar a brigada tiveram para saírem [...] só querem saber se é colonial, não querem saber se tem área de APP”.* Agricultor 3

*“As áreas de proteção é um problema, porque acham que o rio é público, porque o pessoal vem rouba e quer usar”.* Agricultor 7



Figura 9. Rio Santo Cristo no município de Santa Rosa/RS onde uma das margens foi desmatada para sediar uma churrasqueira para a pesca, o restante da margem se encontra com a APP consolidada e reconstituída. Novembro de 2013.

Acrescenta-se a essa reflexão de uma “consciência” mais ecológica tanto para o rural quanto o urbano, o papel da educação ambiental (EA), que no Brasil foi oficializado pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, ao criar a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), ainda temos a inclusão da temática ambiental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, no ano de 1996, que passou a considerar a compreensão do meio ambiente como uma questão fundamental para a educação básica. Ainda, no Brasil a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo também a Política Nacional de Educação Ambiental, e que em seu artigo quarto traz os princípios básicos da educação ambiental, entendido por:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; [...] VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (LEI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1999)

Já o artigo quinto irá dispor os objetivos fundamentais da educação ambiental, do qual se pode citar:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania [...] (LEI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1999)

Dentro destas características teríamos uma educação para o meio ambiente, compreendida como aquela que irá sensibilizar os indivíduos em relação aos ecossistemas que as vivem e desenvolver uma ética-social para com a questão ambiental. (PEREIRA, 1993)

Para Lima (1999, p. 136), a alternativa de articular a educação e o meio ambiente se deve primeiramente pelo papel da educação quanto ser um instrumento de “humanização, socialização e de direcionamento social”, isto é, a educação tem como possibilidade promover a liberdade ou a opressão, ou ainda de transformar ou conservar a ordem social instaurada.

Portanto, a educação ambiental juntamente com o papel da informação vêm para assegurar o resgate do significado da co-evolução homem-natureza, de uma forma holística e participativa, promovendo uma consciência crítica sobre a questão ambiental.

Ainda, em relação à cobrança das APP's nas propriedades rurais perguntamos aos agricultores se a presença das áreas de proteção poderia ser um diferencial para o município ou para as suas propriedades em comparação com as aquelas que não possuem as áreas de APP'S. Em resposta obtivemos que 04 (quatro) dos agricultores familiares do município de Novo Machado acreditam que suas propriedades não valeriam mais por terem as áreas de proteção e para 03 (três) a propriedade possui um diferencial que é justamente a presença dessas áreas de preservação ambiental. Já quando perguntado sobre o diferencial das áreas de preservação para o município 02 (dois) agricultores expuseram que acreditam que para o município não teria diferencial as áreas de APP's, e somente 01 (um) agricultor acredita que o município possui um diferencial em possuir áreas de preservação permanente. Para ilustrar essas opiniões recorreremos às falas dos agricultores sobre o assunto, assim:

*“Para a região foi muita perdida a área de plantação, os outros municípios tem maior produção”.*

Agricultor 2, referindo-se a questão do diferencial para o município.

*“Não tem diferença no valor econômico, mas para a qualidade de vida seria diferente [...]” – Pai*

*“O município tem 35% de área verde [...], benefício para a água e o solo”.*

*Filho - Agricultor 4*

*“O valor seria normal, mas se for ver pelo direito verde a nossa propriedade têm a preservação, vale mais porque preservamos o meio ambiente”.*

*Agricultor 8*

Ao observarmos a fala do agricultor 4 podemos verificar que para a família (geração: pai e filho) as áreas de proteção não geram valor econômico para a propriedade ou para o município, mas gera outro elemento a ser considerado que é a qualidade de vida, uma valorização de outros aspectos além do mero capital, o que vem ao encontro do que a sustentabilidade preconiza.

Ao analisarmos o município de Santa Rosa os resultados obtidos quanto a questão das propriedades terem um diferencial, 07 (sete) agricultores<sup>25</sup> acreditam que suas propriedades valeriam mais por terem áreas de proteção do que aquelas que não possuem e 02 (dois) agricultores acreditam que a presença das APP's desvaloriza a propriedade justamente por perder área útil de produção. Acrescentando a questão da diferenciação do município apenas 03 (três) agricultores falaram que acreditam que o município se diferencia dos outros por terem as APP's, os demais não responderam. Algumas falas podem exemplificar essas percepções, assim:

---

<sup>25</sup> Em relação à resposta sobre o diferencial da propriedade, cabe salientarmos que em uma das entrevistas a opinião de pai e filho diferiu (geração), para o pai as APP's são importantes para diferenciar a sua propriedade das demais exatamente pela área de preservação, e para o filho a existência dessas áreas significa que a propriedade está perdendo em produção, porém, computamos a opinião somente do pai para a estatística dos 07 (sete) agricultores, já que este é quem está gerenciando atualmente a propriedade.

*“Se diferencia, o problema é o meio urbano que mora em cima do rio, as vilas, largando muita coisa no rio [...] o município tem que ver isso na cidade também, ter mais áreas verdes”.* Agricultor 8

*“O município pode ser reconhecido por ter estas áreas preservadas”.*

Agricultor 9

*“Água e mato pode valer mais, não ganha dinheiro, mas ganha na preservação para os netos, está é a riqueza”.* Agricultor 3

*“Nóis tem que preservar, o urbano não preserva [...] se for pela preservação ela valeria mais, por ter as árvores”.* Agricultor 4

*“Para mim teria [...] tem um maior valor pela melhoria de vida”.* Agricultor 6

*“Vale para a qualidade de vida, dinheiro não faz qualidade, não compra tudo”.*

Agricultor 8

Ao analisarmos as respostas obtidas entre os dois municípios podemos aferir que no município de Santa Rosa os agricultores possuem uma maior percepção que suas propriedades possuem um diferencial por terem áreas de preservação, em relação aos agricultores familiares de Novo Machado em que a maioria acredita que suas propriedades por terem áreas de APP's não possuem diferencial, ao contrário as áreas são vistas como perda de área útil para produção.

Para Sachs (2009) o tema de conservação e aproveitamento racional da natureza podem e devem ser conciliados. Para o autor o uso produtivo não necessariamente deva afetar o meio ambiente ou destruí-lo, mas para isso, devemos primeiramente reconhecer ou ter consciência que nossas atividades econômicas estão extremamente vinculadas ao ambiente natural.

E com o conjunto das falas apresentadas ao longo desse subcapítulo que resgatamos o que Vernier (1994) aponta como diretrizes de caminhos para a solução da problemática ambiental, e dessa forma indagamos o porquê com todo o aparato de pesquisas, leis, políticas públicas e a formulação de uma educação para

o meio ambiente ainda não somos sustentáveis ou porque ainda percebemos a natureza como algo negativo e que atrapalha a nossa vida?

E é na tentativa de responder algumas das indagações realizadas até o momento, acrescentando a essas a questão da construção das identidades ambientais por parte dos agricultores familiares que iniciaremos nosso próximo item.

#### **4.2 A formação das identidades ambientais dos agricultores familiares no território**

Ao propormos a ideia central dessa tese procuramos compreender a emergência da construção de identidades ambientais na agricultura familiar, tendo como base a aplicação da legislação ambiental no que tange as áreas de preservação permanente (APP's), sendo essas identidades percussoras de estratégias tanto para o desenvolvimento rural quanto para a sustentabilidade.

Na verdade a questão ambiental revela uma crise pluridimensional que aponta para a exaustão de um determinado modelo que a sociedade está produzindo. Assim, ao agregar a questão ambiental nesse modelo de desenvolvimento e de sociedade que temos, surge uma capacidade até então inovadora, que é a de relacionar as realidades até então aparentemente desligadas, mostrando a universalidade dos problemas sócio-ambientais contemporâneos. (LIMA, 1999)

Ao propormos a criação das identidades ambientais partimos do imaginário de uma transformação da sociedade atual, construída com bases sustentáveis, não devendo ser construída através de uma percepção simplista originada de um desenvolvimento focado principalmente em acúmulo de capital e na indústria. Pois, se essas identidades estiverem centradas nesses elementos elas serão fracas e corrompíveis, não assegurando a mudança de racionalidade e de percepção.

Para Capra (2006) a crise ambiental existente na verdade é uma crise de percepção, pois a percepção encontra-se calcada no pensamento cartesiano, isto é, de forma fragmentada, o que faz com que nós não consigamos compreender a complexidade de cada ação realizada, tendo um entendimento simplificado dos fenômenos que acontecem, além de certa ausência de pensamento crítico. Ainda

para o autor (2006, p.23) “há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções”.

Quando propomos essa nova percepção ou paradigma a ser adotado pela sociedade, voltamos às questões até o presente momento refletidas nesse capítulo sobre a informação e a educação ambiental e a importância desses elementos na formação de uma racionalidade mais crítica, e é nesse sentido que compreendemos que a identidade ambiental poderá ser construída.

E é com essas reflexões em mente que analisamos as entrevistas com os agricultores familiares e o resgate do processo de cobrança das APP's, que procuramos as bases para verificar a emergência de uma identidade ambiental entre os agricultores familiares dos dois municípios, casos de estudo da presente tese. Como resultado das análises, compreendemos que a forma com que as APP's são exigidas e criadas, em caso de sua inexistência nas propriedades familiares, tem uma grande influência na percepção dessas áreas a serem protegidas ambientalmente pelos agricultores familiares, e a posterior forma como os mesmos passam a compreender a sua importância para a sustentabilidade dos recursos naturais.

Ao analisarmos o município de Santa Rosa a cobrança das áreas de preservação permanente, das nascentes e dos olhos d'águas nas propriedades rurais familiares, bem como a fiscalização dessas áreas pelos órgãos responsáveis teve seu início no ano de 2008 em propriedades ao longo do rio Santo Cristo, prevendo na época pela legislação vigente o isolamento dos 30 metros a partir da margem do rio e o replantio da mata ciliar, bem como para as nascentes um raio de preservação de 50 metros. Cabe ressaltar que no município citado essas áreas de proteção coincidem com áreas do rebanho bovino destinado à produção de leite.

Na época (2008) a fiscalização gerou multas para aqueles agricultores que não possuíam as áreas de preservação e também foram realizadas as assinaturas do Termo de Ajuste de Conduta/TAC, onde cada agricultor se comprometia a realizar o cercamento e o plantio da mata ciliar nos 30 metros de preservação, além de manter essas áreas com vegetação<sup>26</sup>. Ainda em relação ao TAC, ao comparecer à Promotoria Pública para assinar o termo, os agricultores não foram informados das

---

<sup>26</sup> Cabe ressaltar que a assinatura do TAC não abonou ou reduziu as multas já aplicadas nas propriedades rurais, só evitou que nas novas fiscalizações os agricultores não fossem multados.

demais cobranças que o Código Florestal trazia em suas normativas, como exemplo a Reserva Legal, ou uma maior explanação sobre a Legislação Ambiental, ou até mesmo o porquê da necessidade de áreas de preservação e conservação ambiental. Um dos relatos complementa essa informação, já que na época da fiscalização ele não foi notificado de qualquer tipo de vistoria ou obteve maiores informações sobre a fiscalização ocorrida ou o porquê da necessidade de proteção e conservação dessas áreas. O motivo é que a propriedade contava na época já com 30 metros de mata ciliar nas margens, o que segundo o agricultor não era um lugar muito produtivo, e por isso não foi desmatado, só tendo que cercar a área.

Em relação ao TAC alguns autores abordam esse como um instrumento de educação ambiental. Para Machado (2008), o TAC é um acordo que oficializa o compromisso da reparação do dano causado ao meio ambiente, tendo como pilar norteador à mudança de comportamento do indivíduo em relação ao ambiente, e que suas atividades sejam desenvolvidas orientadas pelos cuidados necessários a preservação e conservação ambiental. Entretanto, somente a aplicação direta do TAC não corresponde a uma educação ambiental, conjuntamente a ele deve ter outras estratégias que visem uma educação ambiental holística.

Assim, pode ser percebido que a fiscalização ocorrida não abrangeu à todos, além disso, não houve por parte dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e cobrança, ações no sentido de informar sobre as exigências da lei, ou uma educação voltada ao meio ambiente ou o porquê da necessidade de preservação e conservação da mata ciliar ao longo dos rios.

Acrescenta-se, que apesar da regulamentação das APP's no município terem ocorrido no ano de 2008, ainda a fiscalização acontece até os dias atuais para verificar se as áreas de APP's estão consolidadas e se a mata ciliar foi recomposta. Sendo assim, está presente no discurso de todos os agricultores familiares entrevistados no município o cuidado em manter essas áreas com a vegetação, sendo comentado um problema enfrentado para manter essas áreas, com as enchentes do rio Santo Cristo, tendo os agricultores que replantar a vegetação.

E é nesse contexto, da preocupação em manter essas áreas preservadas, sem esquecer a preocupação de uma nova fiscalização e penalização, que pode ser percebido nas falas, é que os agricultores com o passar dos anos aprenderam a conviver com essas áreas de preservação em suas propriedades, elas não são mais percebidas como algo ruim ou perda de produção. Quando expressamos a palavra

convivência queremos nos referir a conotação que estes agricultores tiveram que reflorestar e cuidar da mata ciliar, o que criou um vínculo com essa área, acrescenta-se a esse fato, que com a existência dessas áreas esta passou a ser vista como algo que melhorou as áreas próximas as margens, como exemplo a erosão nas margens ou a volta de animais típicos que utilizavam a mata ciliar como habitat. Dessa forma para ilustrar essas áreas apresentamos um panorama geral da paisagem das propriedades rurais do município, conforme as fotos correspondentes as figuras 10 e 11.



Figura 10. Vista da Propriedade com o rio Santo Cristo ao fundo e a área de APP. Novembro de 2013.



Figura 11. Diferentes pontos das margens das APP'S no Rio Santo Cristo. Novembro de 2013.

Ainda em relação com o vínculo criado pode ser percebido nas propriedades o cuidado dos agricultores no plantio e manutenção das plantas replantadas para que estas façam parte da área de preservação, o que pode ser visualizado nas figuras 12 e 13.

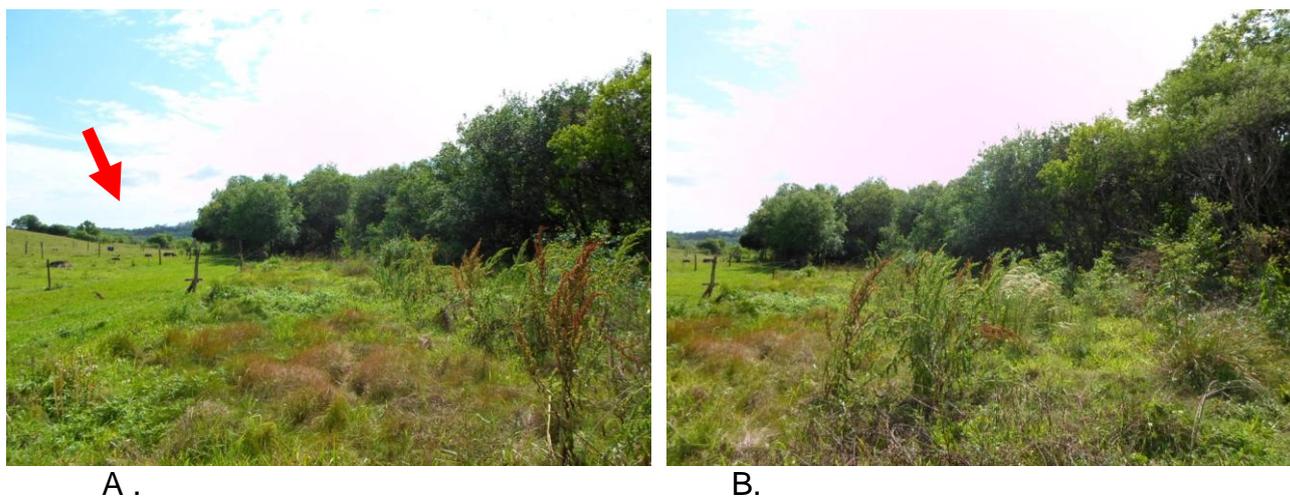


Figura 12. Propriedade 02 do município de Santa Rosa/RS. Na foto A, a seta vermelha demonstra o piquete para o rebanho bovino com a cerca da APP. Na foto B a mata ciliar se recompondo na área da APP. Novembro de 2013.

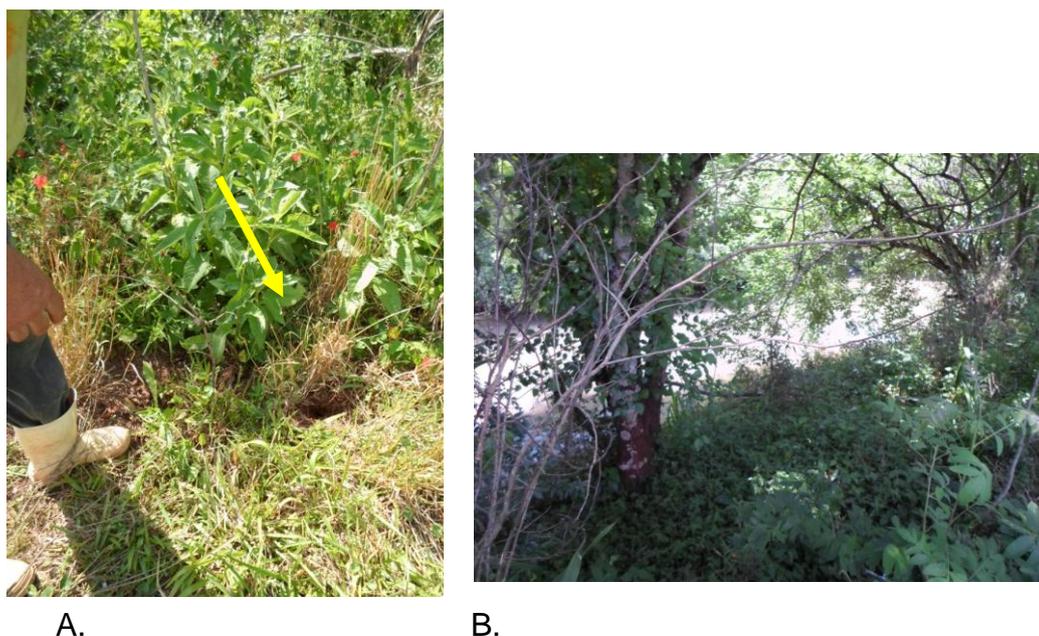


Foto 13. Na foto A detalhes da propriedade 02 com o plantio da vegetação típica da região na área da APP, visualizado pela seta amarela; na foto B detalhes da margem do rio Santo Cristo já com a vegetação formada. Novembro de 2013.

Já quando pesquisamos o processo da criação e legalização das áreas de preservação permanente no rio Uruguai do município de Novo Machado, podemos concluir que o processo foi menos traumático para os agricultores familiares ao contrário do ocorrido com os agricultores do município de Santa Rosa.

O processo em Novo Machado ocorreu anterior à fiscalização ocorrida em Santa Rosa (aproximadamente quinze anos antes), tendo como processo a chamada dos agricultores pelo Ministério Público, aonde foi explicado sobre as áreas de APP's e seus valores, sendo nesse momento assinado pelos agricultores o Termo de Ajuste de Conduta/TAC, comprometendo-se a abandonar a área de preservação que era utilizada na maioria dos casos para produção agrícola. Entretanto, a área que foi destinada para as APP's é inferior daquela exigida pela lei em vigor na época (Código Florestal de 1965), isto é, pela legislação as áreas de proteção deveriam ser de 500 (quinhentos) metros para aqueles cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros, o que foi pedido pela promotoria foi a proteção de apenas de 50 metros das margens. Junta-se a esse processo que não houve penalizações/multas para os agricultores familiares, tampouco foi solicitado para os mesmos que realizassem o replantio da vegetação nativa ao longo das margens e as fiscalizações que ocorreram foi apenas no sentido de verificar o abandono das áreas.

Deste modo, pode ser percebido que a maneira como foi conduzida a aplicação da legislação e sua cobrança não proporcionou a construção de vínculos pelos agricultores com as áreas de APP's. Ao contrário, em muitos momentos pode ser percebido que a área de preservação ainda é vista como perda de um espaço de produção, por mais que alguns agricultores percebam que as margens e a profundidade do rio melhoraram com as APP's o que não significa uma maior aproximação com essas áreas. Para ilustrar essas áreas apresentamos um panorama geral da paisagem das propriedades rurais do município demonstrando a pouca vegetação ao longo do rio, conforme as fotos correspondentes as figuras 14 e 15.



Figura 14. Detalhe da APP no rio Uruguai. A seta amarela demonstra o rio ao fundo.  
Novembro de 2013.



Figura 15. Área de proteção permanente em uma das propriedades no rio Uruguai.  
Novembro de 2013.

Em relação a paisagem encontrada podemos perceber que não houve uma preocupação por parte dos agricultores em replantar as áreas de proteção permanente, somente deixando-as abandonadas como solicitado pelos órgãos responsáveis pela fiscalização. Ainda, em relação as áreas onde o cultivo foi muito intenso e as áreas com forte degradação, estudos apontam que essas áreas não conseguem retornar ao estágio de vegetação inicial, ou seja, somente deixar em repouso para que a vegetação retorne não será suficiente, como pode ser visualizado nas figuras 16 e 17.



Figura 16. APP no rio Uruguai. Apesar do abandono da área, a vegetação nativa não retornou as margens. Novembro de 2013.



Figura 17. APP do rio Uruguai, pode ser notado pela seta amarela a pouca vegetação ao longo do rio, correspondendo apenas o abandono da área.  
Novembro de 2013.

Ao compararmos os dois municípios e a forma da aplicação das áreas de preservação permanente nas propriedades familiares podemos aferir que nem toda a aplicação da legislação criará um vínculo com essas áreas, ou seja, nem todos construirão uma identidade ambiental a partir das APP's. Afinal, dependendo de como foi criada essas áreas podem se tornar uma aproximação ou uma repulsa por parte dos indivíduos, é possível sim, serem criadas identidades ambientais, mas para isso os indivíduos têm que estarem envolvidos, criar um vínculo com aquela natureza.

Mediante o exposto, retornamos as premissas da tese sobre a formação das identidades ambientais<sup>27</sup> e chegamos a conclusão que a emergência de uma

---

<sup>27</sup> As hipóteses apresentadas anteriormente: 1. Novo Machado, por ter tido o processo em anos anteriores, poderia ser categorizada como uma região consolidada na identidade ambiental, ou seja, teríamos a hipótese que, na região, a identidade ambiental já esteja ocorrendo, a identidade ambiental já esteja formada; e 2. Santa Rosa, pelo seu processo ser recente, poderia ser categorizada como a

identidade ambiental dos agricultores familiares no território não está estritamente vinculada somente a aplicação puramente da legislação ambiental e o tempo de existência dessas áreas na propriedade rural, e sim o vínculo criado entre o indivíduo e as áreas de preservação permanente.

Logo a premissa formulada no município de Novo Machado/RS por ter tido a cobrança da legislação anterior e assim ter a identidade ambiental formada não correspondeu com a realidade encontrada, pelo contrário o vínculo com as APP's pela maioria dos agricultores do município é muito fraca, as áreas são vistas como algo que atrapalha a produção ou pela perda da área mais produtiva da propriedade, não podendo ser percebida nenhum traço de construção da identidade ambiental. Para exemplificar, para alguns agricultores deste município ao se referirem sobre as APP's de suas propriedades, descontam nos hectares da área útil da propriedade, esses hectares são vistos como "perdidos".

Já as bases para a formação de uma identidade ambiental puderam ser encontradas no município de Santa Rosa, onde apesar do processo ter sido mais traumático e recente, a forma com que os agricultores se relacionaram pós-cobrança da legislação e para garantir a manutenção da vegetação, proporcionou a estes criarem um laço com as áreas de preservação, sendo estas vistas não mais como algo excludente ou maléfico, ao contrário que proporcionou melhorias para o rio. As áreas de preservação permanente passaram a ter um valor simbólico, a presença dessas áreas e o cuidado em mantê-las torna-se um motivador para o sentimento de pertença, culminando em uma possível construção de uma identidade voltada à questão ambiental. Exemplificando também, ao contrário do que foi visto no município de Novo Machado, as APP's são computadas como áreas úteis nas propriedades, o que ressalta o que já comentamos do vínculo criado com essas áreas.

Temos dessa forma o papel dos agricultores familiares enquanto sujeitos da promoção da sustentabilidade partindo justamente da representação social dos agricultores familiares em se articularem com as áreas de preservação permanente criando o sentimento de pertença, a ligação de reaproximação com a natureza, transpassando a ideia simplista de uma sustentabilidade fraca ou simplória.

Paralelamente, também pode ser percebido que a presença das áreas de preservação permanente quando exigidas nas propriedades rurais podem gerar um atrativo ou uma boa propaganda para os municípios onde estas se encontram. Como podem ser, visualizados na figura 18, algumas placas encontradas no município de Novo Machado, as quais, exemplificam as propagandas realizadas tendo o intuito à preservação ambiental. Porém, cabe realizarmos uma ressalva, esse tipo de propaganda deve ser cuidada para que não se torne apenas um discurso político usado pelos órgãos municipais para captação de recursos econômicos, pois se for assim a sustentabilidade que tanto a sociedade almeja será reduzida novamente somente a dimensão econômica, sem a equidade dos fatores sociais e ambientais.

Neste sentido Leff (2010), contribui para reafirmar o postulado, ao refletir que os espaços onde poderão ser formadas uma racionalidade ambiental ou uma identidade ambiental não serão os grandes centros urbanos, oposto a isso, cabe ao meio rural tal incumbência, aliado a construção de economias locais sustentáveis.

Lionço (2007), ao tratar sobre a agricultura familiar e os diversos papéis que essa categoria exerce na sociedade, afirma que estes, ao buscarem a ampliação de suas percepções e consciências diante de questões sociais e ambientais, estão conseqüentemente, agregando valores a algumas soluções que permitirão o alcance da sustentabilidade.



A



B

Figura 18. Algumas placas encontradas no município de Novo Machado, referente a proteção ambiental. Na figura B, pode ser observado a placa “Seja um preservador da natureza”. Novembro de 2013.

Assim, ao final das análises dos dados levantados na parte empírica da tese, concluímos que a agricultura familiar pode desempenhar um papel fundamental para a preservação e a conservação ambiental, bem como é possível sim serem construídas identidades ambientais a partir das áreas de preservação permanente existentes nas propriedades rurais. Contudo, somente a presença de normativas e legislações não basta para serem criadas as identidades ambientais, para que realmente isso aconteça é necessário construir elos e laços de significados que norteiem a questão ambiental e a sustentabilidade, bem como a necessidade prioritária de preservação e conservação do meio ambiente e não somente laços desconectados.

No processo de observar a emergência de identidades ambientais se tem a possibilidade da valorização da agricultura familiar e do meio rural, através da natureza existente nas propriedades, sendo essa uma alternativa viável frente às outras concepções de desenvolvimento existentes e para a dinamização do rural.

No próximo capítulo iremos apresentar algumas das conclusões das quais percebemos durante a pesquisa e algumas considerações que acreditamos serem de suma importância para o debate da construção de uma identidade ambiental visando alcançar a sustentabilidade.

# CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IDENTIDADES AMBIENTAIS PARA A SUSTENTABILIDADE

## 1. Algumas Conclusões

No presente trabalho, buscamos compreender a possibilidade das construções de identidades ambientais que podem surgir da interação dos agricultores familiares com os recursos naturais renováveis, através das áreas de preservação permanentes/APP's normatizadas pela legislação ambiental brasileira, e partindo dessas identidades uma mudança de pensamentos que levem a sustentabilidade. A partir das análises das entrevistas realizadas com os agricultores familiares dos municípios, podemos concluir:

1. A maioria dos agricultores familiares ainda conhece pouco sobre as normativas existentes na legislação ambiental, bem como as discussões sobre as novas imposições do novo Código Florestal de 2012;
2. Quando há um maior esclarecimento sobre as normativas presentes no Código Florestal estes provêm em sua maioria dos meios de comunicação, rádio e televisão, ficando claro que existe uma falta de cursos e/ou oficinas oferecidos por órgãos públicos, cooperativas, entre outros;
3. A lei ambiental pode ser um dos elementos formadores de uma identidade ambiental nos territórios rurais, porém, para que aconteça a real construção da identidade ambiental é necessário que em conjunto com a aplicação da legislação se tenha uma educação ambiental e informação, pois somente assim, é possível a mudança de percepção e conseqüentemente a transformação para uma sociedade mais sustentável. O voltar a criar um vínculo com a natureza, a reaproximação que garante a construção de uma identidade ambiental, tanto para o rural quanto para o urbano.

## 2. Considerações sobre a emergência da identidade ambiental nos agricultores familiares nos territórios da agricultura familiar

A temática ambiental é multidimensional, no entanto, na sociedade atualmente se generaliza uma percepção de mundo unidimensional orientado e supervalorizando a dimensão monetária. A identidade construída está fundamentada em uma lógica de acumulação, o *ter* sobre o *ser*.

Ao pensarmos na questão da legislação ser imposta sem nenhuma informação, ou vínculo, e até mesmo sem a promoção de uma educação ambiental, não é possível mudar a percepção simplista e capitalizada existente. Ora, dessa forma não se constrói uma identidade voltada para a preservação e conservação da natureza, pelo contrário a identidade criada é a de antipreservacionismo.

Para Sachs (2009) a multiplicação de áreas de reserva para proteção ambiental sem os meios necessários para a proteção efetiva dessas áreas é uma política autoderrotada. Uma vez que, as pessoas retiradas dessas áreas de reservas ou impedidas de acessarem percebem este ato como uma violação de seus direitos, gerando invasões ou simplesmente os indivíduos não se envolvem com essas áreas, que quando retiradas não serão mantidas.

Ao longo dessa pesquisa foram surgindo alguns elementos que a nosso ver são fundamentais para a construção de uma nova percepção de mundo e de identidades mais sustentáveis, ou seja, uma nova visão de mundo não somente pautada na economia. Em outras palavras, para que a sociedade alcance a sustentabilidade é necessário: o acesso a informação; a uma educação voltada para o meio ambiente de forma holística, o que gera uma aproximação do homem com a natureza possibilitando assim uma nova visão do mundo.

De acordo com Layrargues (2006) ao se referir sobre o papel da educação ambiental para o enfrentamento da crise ambiental se têm a cultura como elemento mediador da relação homem *versus* natureza, e, portanto serão os valores culturais que assumem a centralidade na dinâmica pedagógica da educação ambiental. Ainda contribuindo com o tema sobre a educação, ela pode ser considerada o maior aparelho de difusão de ideologias, é ela quem prepara as futuras gerações não apenas para as regras do convívio social, mas também para assumirem novas ideologias ou percepções. E nesse sentido temos a educação ambiental como

promotora das mudanças culturais na dinâmica moral, ética e político-ideológica, instaurando uma nova relação social onde não seja apenas mediada pelo capital.

Contribuindo com o assunto Melo (2006) ao escrever sobre o desenvolvimento sustentável, define que devemos propormos uma mudança qualitativa nas relações que permeiam o tripé sociedade – indivíduo – natureza, realizando uma transformação na forma com que pensamos e concebemos o mundo.

Ainda, sobre esse novo pensamento ou racionalidade Leff (1999) fala sobre as possíveis saídas para a crise ambiental, o que de acordo com o autor devemos questionar os modelos vigentes para assim construirmos uma nova racionalidade orientada para outros valores e saberes, bem como um novo modelo de produção com bases ecológicas e novos significados culturais.

Podemos partir do pressuposto que a sociedade é fruto da ação humana, e extrapolar que ela pode adquirir novas formas de pensamentos (SCHEEFFER, 2008).

E nesse contexto que se construíram novas identidades voltadas para a reaproximação homem e natureza, as identidades ambientais. Porém, uma identidade não pode ser forjada somente para atender ao mercado, da mesma forma que os laços impostos para que se tenha cooperação não terão continuidade. Tanto a identidade quanto a cooperação devem vir de uma transformação de pensamentos e na interiorização de novos valores e ética, se não houver isso, as mudanças serão superficiais, limitadas e com data para término.

E nesse processo de mudanças de paradigmas e construção de identidades ambientais que o meio rural ganha novos espaços, através da natureza existente nas propriedades e a sua ligação com o meio ambiente, que os agricultores familiares possam ser reconhecidos como preservadores ambientais, sendo mais um propulsor do desenvolvimento rural e para a sustentabilidade.

Estas considerações, que expomos ao longo deste trabalho, são algumas das interpretações de fatos e situações originadas de certos contextos, de forma alguma, os dados apresentados devem ser entendidos como um dado fixo, acabado e imutável, pois o conhecimento é mutável e dinâmico.

Quando nos propomos a escrever essa tese iniciamos com a proposta de compreender a formação das identidades ambientais, e como toda a pesquisa surgiu novas perguntas, mais complexas do que aquelas das quais iniciamos, e essa é a

motivação de uma pesquisa, justamente estudar os porquês. Terminamos essa tese não com certezas, mas esperamos que as reflexões realizadas ao longo dela contribuam para novos questionamentos e estudos que visem auxiliar a troca do pensamento atual por paradigmas e percepções mais sustentáveis e para a reaproximação do homem com a natureza.

Ao finalizar esta pesquisa, tomamos consciência que a questão ambiental e identidades voltadas ao meio ambiente são discussões amplas e complexas, que carecem de estudos e debates aprofundados para que a sustentabilidade possa ser realmente alcançada. Esperamos que o debate proposto neste trabalho possa contribuir para a discussão sobre o papel desempenhado pela agricultura familiar e a legislação ambiental promovendo o desenvolvimento rural e a sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 2, n.º IV, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Antonio César Ortega; Niemeyer Almeida Filho. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 19-38.

ACIDENTE nuclear no Japão é pior na escala desde Tchernobil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de mar. 2011. Disponível em:> <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/887878-acidente-nuclear-no-japao-e-pior-na-escala-desde-tchernobil.shtml>> Acesso em: 20 de fev. 2013.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ed. UFPR, Curitiba, v. 5, p. 49-60, 2002.

AHRENS, Sergio. **O “Novo” Código Florestal Brasileiro: Conceitos Jurídicos Fundamentais**. Trabalho voluntário apresentado no VIII Congresso Florestal Brasileiro. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura. 2003. 15p.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro, Renovar, 1990. 340 p.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BELLO, Célia Vieira Vitali. **Uma Proposta para o Desenvolvimento Sustentável, com Enfoque na Qualidade Ambiental Voltada ao Setor Industrial**. 1998. Dissertação. Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, FLORIANÓPOLIS, 1998.

BECK, Ulrich. **The risk society. Towards a new modernity**. Londres: Sage, 1992.

BORBOLETA sofre deformidades após acidente nuclear no Japão. **Do Globo Natureza**, São Paulo, 15 ago. 2012. Disponível em> <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/08/borboleta-sofre-deformidades-apos-acidente-nuclear-no-japao-diz-estudo.html>> Acesso em> 10 de jan.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322 p.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. 1ª ed impr. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim, Revisão técnica: Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Agência Nacional de Águas**. ANA. Mapa Região Hidrográfica do Uruguai. 2012. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/uruguai.aspx>> Acesso em: 15 de jan. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/62e3ee4d23ca92ca0325656200708dde?OpenDocument> > Acesso em: 15 de jan. 2013.

BRASIL. **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**. FEE Dados. 2010. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalhe.php?municipio=Novo+Machado](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Novo+Machado)> Acesso em: 10 de jan. 2012

BRASIL. **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/FEPAM**. Rio Grande do Sul. Mapas. Disponível em< [http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacia\\_uru\\_turvo.asp/](http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacia_uru_turvo.asp/)> Acesso em> 25 de jan. de 2011.

BRASIL. Lei n.º4.771, de 15 de setembro de 1965. Código Florestal Brasileiro. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm)> Acesso em> 02 de set. de 2012.

BRASIL. Lei n.º12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal Brasileiro. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm)> Acesso em> 03 de jan. de 2013.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em> <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/2006/11326.htm>> Acesso em> 02 de set. de 2012.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em> <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1981/6938.htm>> Acesso em> 02 de set. de 2014.

BRASIL. Lei da Educação Ambiental. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá

outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www.consulterra.com.br/legislacao/9795.html> > Acesso em > 01 de fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/> >. Acesso em: 04 de mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/> >. Acesso em: 04 de out. 2012.

\_\_\_\_\_ **Município de Santa Rosa** - Vicente Cardoso. O Rio Grande do Sul - Alfredo R. da Costa. Autor do Histórico: IVON ADOLFO SCHAEGLER – IBGE 2009. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/> >. Acesso em: 04 jan. 2011.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil n.º 1**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, mar. 2005.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documento de Apoio n.º 2**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, maio 2005.

BRASIL. **Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA**. Rio Grande do Sul. Mapas. Disponível em > <http://www.sema.rs.gov.br/> > Acesso em < 10 de jan. de 2011.

BONNEMAISON, Joel; CAMBRÉZY, Luc. **Le lien territorial: entre frontière et identités. Géographies et Cultures**. Paris, L'Harmattan – CNRS, 20, 1996.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001.

CAPRA, Frijot. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. 10ª reimpressão. São Paulo: Cultrix, 2006. 256 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_ **O poder da identidade**. 7ª ed impr. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010. 572p. (Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 2)

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, Iná Elias de. O território e o poder autônomo do Estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAR, C. L.; SILVA,

M. (Orgs) Espaço e Tempo. **Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos**. Curitiba: Ademadan, 2009.

\_\_\_\_\_. O território e o poder autônomo do Estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. IN: MENDONÇA, F. et al. (orgs). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 579-594.

CAZELLA, Ademir Antonio. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **Redes**, v. 13, n.º 1, 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COURY, Guillaume. Norbert Elias e a construção dos grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (Org.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, p. 123-144, 2001.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, v. 24, 68, p. 299-319, 2010.

FERREIRA, Leila da Costa. **Estado e ecologia: novos dilemas e desafios**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

FROEHLICH, José Marcos. **Rural e natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. 220 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

FROEHLICH, José Marcos; DULLIUS, Paulo Roberto; VENDRUSCOLO, Rafaela. Território Quarta Colônia (RS): patrimônio cultural e gastronomia em foco. In: **Transformações territoriais: experiências e desafios**. Org; autoria, Olga Lucia C. de Freitas Firkowski, Aldomar A. Rückert et al. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, 280 p.

FUJISAWA, Dirce Shizuko. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta**. 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano V, n.º 16, p. 109-120, 1985.

GODELIER, Maurice. **L'idéal et el materiel**. Paris: Fayard, 1984.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto. **Agricultura Familiar do Município de Santa Rosa/RS, Entre a Produção e a Legislação Ambiental: Limites e Possibilidades**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

GÓMEZ, Gregorio Rodriguez; FLORES, Javier Gil.; JIMÉNEZ, Eduardo Garcia. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 378p. 1996.

GRUBITS, Sonia; NORIEGA, Jose Angel Vera. **Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação**. São Paulo: Ed. Vetor, 234 p. 2004.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro, Imago, 1981.

JIMÉNEZ, Edgard Moncayo. Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial de la globalización. CEPAL/ILPES: Santiago de Chile. **Gestión Pública**, n. 27, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 236 p.

\_\_\_\_\_. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990. 552 p.

\_\_\_\_\_. **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: Lamparina, 2007a. p. 43-108.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “Fim dos territórios” á multiterritorialidade**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007b. 400p.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. 2 ed. 1 rd impr. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 186 p.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. 2 rd impr. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 160 p. (Coleção Paradidáticos, Série Poder)

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Fundamentos da Formação do Território Moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. **Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial**. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, ENGRUP, São Paulo, pp. 370-392, 2008.

HERCULANO, Selene. Resenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e a criação da rede brasileira de justiça ambiental. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº. 5, p. 143-149, jan/jun. 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

LEAL, José Cândido. **Plantas da Lavoura Sul Rio-grandense**. Porto Alegre, 1967. 274 p.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**, México, Siglo XXI, 2004. 532 p.

\_\_\_\_\_. **Discursos sustentáveis**. Tradução: Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010. 294 p.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M (org.) **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, n.º 5, 135-153, 1999.

LINCK, Thierry. La patrimonialización: entre despojo y apropiación territorial. In: **Transformações territoriais: experiências e desafios**. Org; autoria, FIRKOWSKI, O. L. C. de F., Rückert, A. A. et al. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, 280 p.

LIONÇO, Vania. **A abordagem territorial no desenvolvimento rural sustentável do Sudoeste do Paraná**. 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. In: MAY, P.H.; LUSTOSA, M. C. J.; VINHA, V. (Orgs). **Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática**. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier. p.155-172, 2003.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar, conceitos, ferramentas e vivências**. - Salvador: GTZ, 2007. 155p.

MACHADO, Maria Isabel Lopes. **Termo de ajustamento de conduta: uma contribuição da Educação Ambiental na construção de um saber ambiental**. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2008.

MANN, Michael. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: Hall, John (Org.) **Os Estados na história**. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

MELO, Mauro Martini de. **Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORADILLO, Edilson Fortuna. de; OKI, Maria da Conceição Marinho. Educação Ambiental na Universidade: Construindo Possibilidades. **Química Nova**, v. 27, n. 2, 332-336, 2004.

MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTI, Mauro. **Os problemas do fim do século**. 3a ed. Trad. Cascais Franco. 1991. 220 p.

NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Paisatge i participació ciutadana: l' experiència dels catalegs de paisatge de Catalunya**. Observatori del paisatge de Catalunya: 2010. 109 p.

NOVO, Maria. **El desarrollo sostenible, Su dimensión ambiental y educativa**. UNESCO - Pearson Educación S.A., Madrid, 2006. 431 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. de. Percepção Ambiental. In: SANTOS, D. G. dos; NUCCI, J. C. (Org.). **Paisagens geográficas: Um tributo a Felisberto Cavalheiro**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. 196 p.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Metodologia Científica: projeto de pesquisa, IGI, TCC, monografia, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 320p. 1997.

ORTEGA, Antônio César.; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007, p. 93-121.

PEREIRA, Antonio Batista. **Aprendendo Ecologia Através da Educação Ambiental**. Porto Alegre: Ed. Sagra-DC Luzzatto, 1993.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 625 p.

\_\_\_\_\_. **Os (Des)Caminhos do meio Ambiente**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2004. 229 p. (Temas Atuais)

PREFEITURA DE NOVO MACHADO/RS. Mapas. Novo Machado, 2014. Disponível em:< <http://www.novomachado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 de nov. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado**. Queluz: Sociedade Industrial Gráfica, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 2. ed. rev., 1956. 471p. (Jesuítas no sul do Brasil, 6).

ROMERO, Arturo Garcia.; JIMÉNEZ, Julio Muñoz. **El paisaje en el ámbito de la geografía**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Geografía. 2002. Disponível em:<[http://fenix.cichcu.unam.mx/libroe\\_2006/0946897/05\\_c01.pdf](http://fenix.cichcu.unam.mx/libroe_2006/0946897/05_c01.pdf)>. Acesso em: 10 de mar: de 2013.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p.21-37. 2002. 402 p.

SACHS, Ignach. **L' écodéveloppement: stratégies de transition vers Le XXI siècle**. Paris, Syros, 1993.

\_\_\_\_\_. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 9, 25, p. 29-63, 2005.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org: Paula Yone Stroch. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ªed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Solidia Elizabeth. **A influência e a percepção do setor automotivo na sustentabilidade ambiental da região metropolitana de Curitiba (RMC)**. 2007. Dissertação (Mestrado, área de concentração em Organizações e Desenvolvimento) UNIFAE – FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO, Curitiba, 2007.

SCHEEFFER, Fernando. **Desenvolvimento sustentável e modernidade: Uma incompatibilidade anunciada**. 2008. Disponível em:<[http://www.apec.unesc.net/VI\\_EEC/sessoes\\_tematicas/Tema1-Desenvolvimento%20Meio%20Ambiente/Artigo-3-Autoria.pdf](http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema1-Desenvolvimento%20Meio%20Ambiente/Artigo-3-Autoria.pdf)> Acesso: 12 dez. 2104.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

SEN, Amartya. Porque é necessário preservar a coruja pintada. **Folha de São Paulo**, 14 de mar. de 2004. Caderno Mais, p. 16-18.

SOLOW, Robert. An almost practical step toward sustainability. **Resources Policy**, vol. 19, n. 3, set. 1993, p. 162-172.

SOUZA, Herbert José. **Como se faz análise de conjuntura**. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 54p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Territórios**, v. 1, n.º 1, p. 04-22, jul./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. e. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Territórios**, ano II, n.º 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

SOUZA, Osmar Tomaz; BRANDENBURG, Alfio. A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural. **Ambiente e Sociedade** (Campinas) v. XIII, p. 51-64, 2010.

VEIGA, José Elias. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 220 p.

VENDRUSCOLO, Rafaela. **SOMOS DA QUARTA COLÔNIA”: OS SENTIDOS DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL EM CONSTRUÇÃO**. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

VERNIER, Jacques. **O meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Programa Pós-Graduação em Extensão Rural. **Planejamento e Gestão de Projetos em Desenvolvimento Rural**. Santa Maria, 2011.

TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria; GOBBI, Nivar; FOWLER, Harold Gordon. (Coord.). **Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1995. 206 p.

WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Os reflexos da expansão da soja no município de Santa Rosa, RS**. 1990. 101f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1990.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

## ANEXO A

### Anexo A – Roteiro da entrevista semiestruturada

1. Nome do agricultor
2. Localidade
3. Propriedade
  - Tamanho da propriedade:
  - Há quanto tempo está na propriedade?
  - Possui rios, lagos, nascente ou morros na propriedade?
  - O que é produzido na propriedade?
  - Fonte de rendas?
4. Nº de pessoas na família:
5. Escolaridade familiar:
6. Participação do agricultor em cooperativas e associações:
  - Políticas públicas ou benefícios do governo (aposentadoria, bolsa família, etc.), quem?
7. Possui assistência técnica?  
Como é essa assistência?
8. Qual a importância da preservação e conservação da natureza, rios, matas e etc.
9. A preservação da natureza é mais importante para o rural ou para a cidade?
10. Já ouviu falar no debate sobre a nova Lei ambiental?
  - se já, o que ouviu?
  - ouviu onde?
11. Qual seriam os órgãos ambientais responsáveis pela execução das leis ambientais?
12. Como foi a visita e/ou notificação pelos órgãos ambientais na questão das APP's? E, com a mudança do Código Florestal, houve visitas ou notificações sobre o assunto?
13. As leis ambientais são suficientes para a proteção ao meio ambiente?
14. Acredita que conseguirá conciliar a produção com as áreas de preservação?
  - quais seriam as alternativas?
  - Se fosse pago um bônus pelo governo para auxiliar na preservação, o que acharia? Seria mais fácil?

15. Pela preservação ambiental através das APP's, o que a diferencia a sua propriedade das outras ou do meio urbano?
16. O que você considera como potencialidades para a preservação e conservação do meio ambiente e quais as ações devem ser feitas para realizá-las?
17. Quais as principais dificuldades/obstáculos para alcançar essa preservação?
18. Qual a importância das APP's conservadas para a região?
19. Por ter APP's, você considera um diferencial para o município na questão de desenvolvimento?